

GUIA PARA PLANOS COMUNITÁRIOS DE

REDUÇÃO DE RISCOS E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

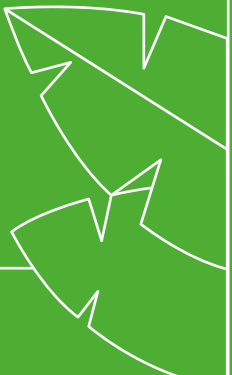


GOVERNO DO

BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO





GUIA PARA PLANOS COMUNITÁRIOS DE

**REDUÇÃO DE RISCOS E
ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA**

© Esta publicação contou com a cooperação da United Nations University – Institute for Environment and Human Security (UNU-EHS) e do Centro de Estudos da Favela (CEFAVELA/UFABC) em sua elaboração e apoio do Fundo de Defesa de Direitos Difusos vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Agradecemos aos profissionais da Secretaria Nacional de Periferias, das universidades, dos movimentos sociais, lideranças comunitárias e entes públicos que, ao longo deste processo, contribuíram de forma valiosa para a construção deste Guia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias.
Departamento de Mitigação e Prevenção de Riscos

Guia para Planos Comunitários de Redução de Riscos e
Adaptação Climática [livro eletrônico] / Ministério das Cidades.
Secretaria Nacional de Periferias, Departamento de Mitigação e
Prevenção de Riscos. -- Brasília, DF : Ministério das Cidades, 2025.
PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-7958-099-4

1. Mudanças climáticas 2. Periferia – Condições sociais
3. Planejamento urbano 4. Planos Comunitários de Redução de
Riscos e Adaptação Climática (PCRA) 5. Riscos ambientais I. Título.

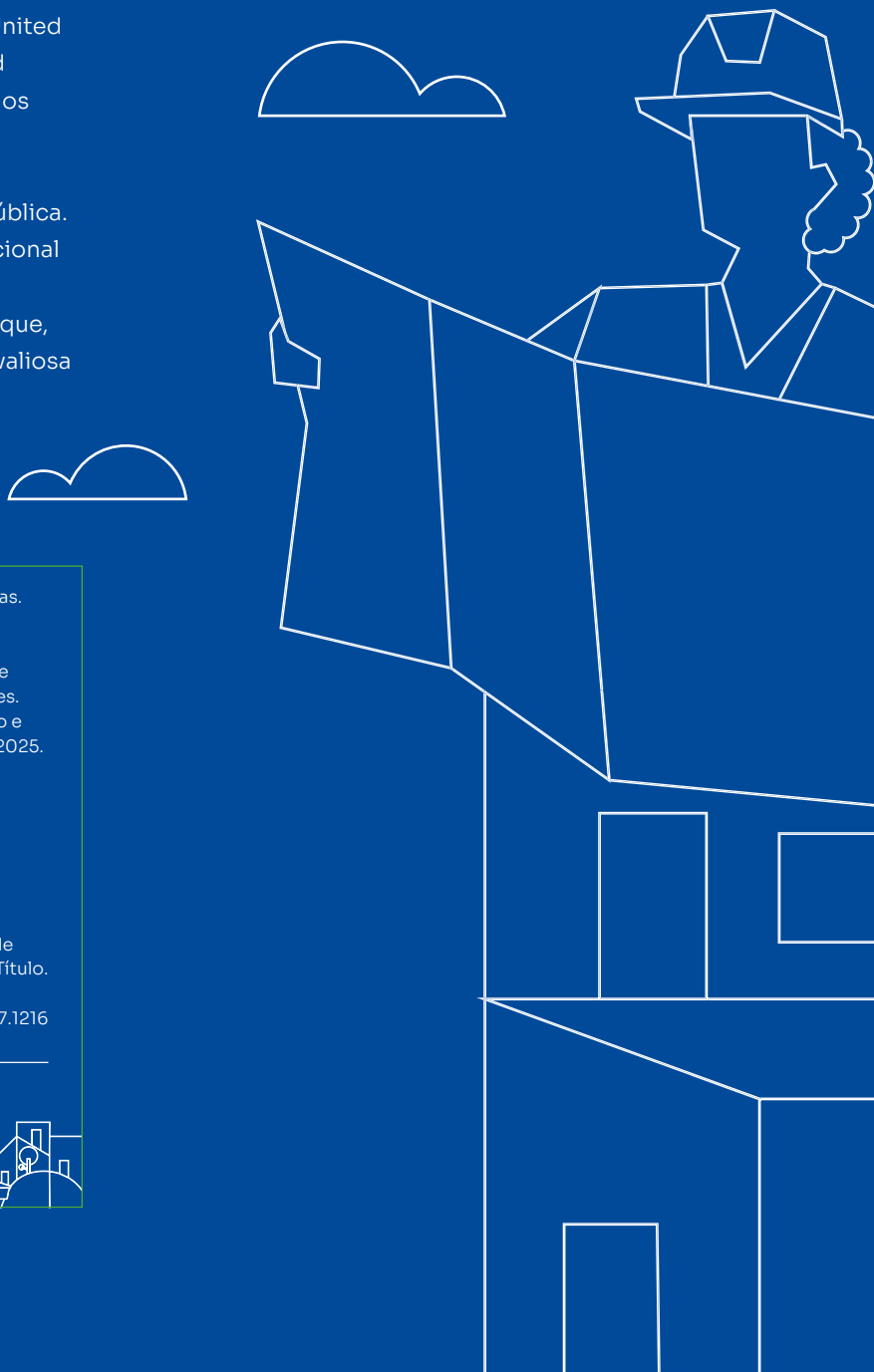
25-317448.0

CDD-307.1216

Índices para catálogo sistemático:

1. Planejamento urbano : Sociologia 307.1216

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380







PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES

Jader Fontenelle Barbalho Filho

SECRETÁRIO NACIONAL DE PERIFERIAS

Guilherme Simões Pereira

CHEFE DE GABINETE

Vitor Araripe Freire Pacheco

ASSESSORES DO GABINETE

Daniela Buosi Rohlfs

Josué Medeiros de Freitas

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO E GESTÃO

Paulo Guedes

COORDENADOR-GERAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS URBANAS

Cláudia Regina Mendes de Ávila

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MITIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE RISCO

Rodolfo Baesso Moura

COORDENADOR-GERAL DE PLANOS DE RISCOS E SBN

Leonardo Santos Salles Varallo

COORDENADOR-GERAL DE OBRAS

Pedro Henrique Lopes Batista

COORDENADORA-GERAL DE ARTICULAÇÃO E PARCERIAS

Samia Nascimento Sulaiman

DIRETOR DE REGULARIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO INTEGRADA E QUALIFICAÇÃO DE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Flávio Tavares Brasileiro

COORDENADORA-GERAL DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO

Luana Alves de Melo

COORDENADORA-GERAL DE MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS

Melissa Kikumi Matsunaga

COORDENADOR-GERAL DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

Henrique Soares Rabelo Adriano

COORDENADOR-GERAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Samuel da Silva Cardoso

COORDENAÇÃO GERAL, ORGANIZAÇÃO E CONTEÚDO TÉCNICO

Fernando Rocha Nogueira

Julia Nascimento Ladeira

Leonardo Santos Salles Varallo

Lucas Rangel Eduardo Silva

Renan Duarte dos Santos Saraiva

COLABORAÇÃO NA ELABORAÇÃO

Daniela Buosi Rohlfs

Flávia Guerra

Leonardo Andrade de Souza

Ligia Santi Lupo

Lucas Turmena

Ricardo de Sousa Moretti

Talita Gantus de Oliveira

Vanessa Elias de Oliveira

EQUIPE DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANOS DE RISCOS E SBN

Cícero Aurélio Grangeiro Lima

Eduardo Montoya Botero

Fabiana Santana dos Santos

Jordana Alca Barbosa Zola

Luciana Jerônimo Bento

Luiz Alberto Arend Filho

Luiz Belino Ferreira Sales

Maria Elisa Leite Costa

Maria Fernanda Nóbrega dos Santos

Maria Luiza Gondim Fontenele

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Oyá Design

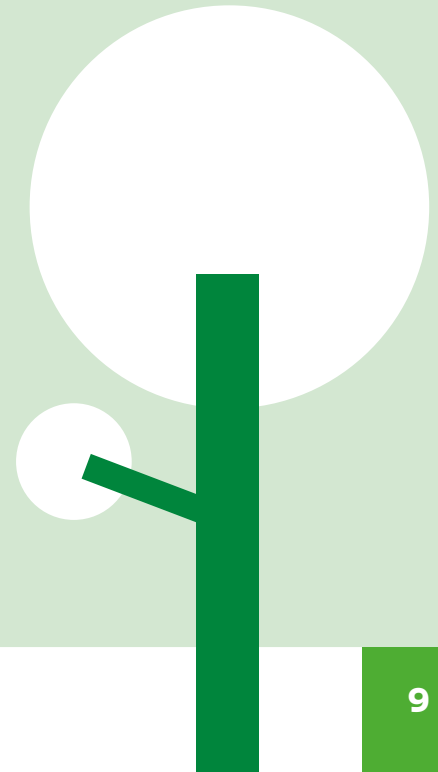




INTRODUÇÃO

No Brasil, a combinação de desigualdade social, vulnerabilidade estrutural e degradação ambiental criou um cenário em que eventos extremos – como deslizamentos, inundações, enxurradas, secas – resultam em perdas materiais, simbólicas e até de vidas. Esses impactos atingem a população de maneira desproporcional, afetando principalmente aqueles que vivem em favelas, comunidades e territórios historicamente negligenciados pelas políticas urbanas, o que aprofunda ainda mais as injustiças territoriais.

Nesse contexto, a criação da Secretaria Nacional de Periferias (SNP), em 2023, representa um marco político importante para o fortalecimento de uma agenda nacional de prevenção de riscos e adaptação climática nos territórios periféricos. Desde sua constituição, o Departamento de Mitigação e Prevenção de Riscos da SNP vem rompendo os limites das abordagens tradicionais da gestão de riscos e desastres (GRD).





AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES COORDENADAS PELA SNP TÊM COMO OBJETIVOS CENTRAIS:

- (1) Prevenir e antecipar-se às crises e desastres;**
- (2) Reduzir as desigualdades e vulnerabilidades sociais, reconhecendo que os riscos e desastres são resultado de um desenvolvimento urbano e territorial desigual, segregador e insustentável;**
- (3) Respeitar a grande diversidade socioambiental do Brasil, adaptando ações de redução de riscos a cada território;**
- (4) Fortalecer a resiliência nas comunidades periféricas brasileiras, apoiada nas potências e no protagonismo para superar vulnerabilidades; e**
- (5) Estimular práticas de adaptação nas periferias frente à crise climática.**

A partir desses eixos, a SNP vem implementando diversas políticas públicas, entre elas os Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática (PCRA). Estes planos promovem a articulação entre o conhecimento técnico e o saber comunitário, criando formas de governança participativa e de gestão comunitária integrada para enfrentar os riscos. Por meio de uma leitura técnico-comunitária do território, o PCRA permite mapear ameaças, vulnerabilidades e riscos, ao mesmo tempo em que fortalece a

resiliência local por meio do protagonismo da comunidade no entendimento e gestão dos problemas identificados.

A metodologia dos PCRA parte do reconhecimento de que a avaliação técnica dos riscos deve ser combinada à leitura popular do território. Isso implica compreender o espaço não só como um lugar físico, mas também como resultado de relações sociais, memória e luta por direitos.

Para elaborar um plano comunitário, uma assessoria técnica precisa contar com o interesse e a disposição de um número significativo de moradores para colaborar com o plano. As pessoas que convivem em um determinado local não são um conjunto homogêneo e mutuamente solidário ou sem conflitos. Pelo contrário, existem diferentes grupos sociais, com interesses que não são necessariamente convergentes, uma diversidade de objetivos e prioridades, além de conflitos internos e externos.

Por isso, o PCRA busca identificar esses grupos de interesses e suas lideranças (mulheres, grupos de diferentes matrizes religiosas, grupos LGBTQIA+, idosos, jovens ou grupos por sublocalidades dentro da comunidade), e entender seus conflitos. Isso nos permite a busca pela inclusão da diversidade que compõe a comunidade. Compreendemos aqui que não é objetivo dos PCRA solucionar os conflitos que marcam o território, mas sim **estimular uma prática de autodefesa solidária frente às ameaças climáticas que afetam a comunidade.**

A produção de conhecimento nos PCRA é coletiva e construída a partir da experiência das comunidades, que vivem e resistem cotidianamente aos riscos. Conhecer com profundidade o território onde se vive é o primeiro e indispensável passo para a construção da **resiliência individual e comunitária** frente





aos riscos e desastres. Só quem conhece as ameaças do seu território, sua causalidade, sua dinâmica, seu alcance e impacto, as fragilidades e potências da comunidade frente a elas, poderá seguir o caminho da **adaptação e resistência à crise climática.**

Não há forma melhor de conhecer o território do que observá-lo diretamente, com atenção, investigando e refletindo sobre os sinais de processos socioambientais urbanos de diferentes tipos e em diferentes estágios. Esses processos podem impactar severamente as pessoas expostas, especialmente quando não há conhecimento sobre formas de se antecipar a seus impactos.

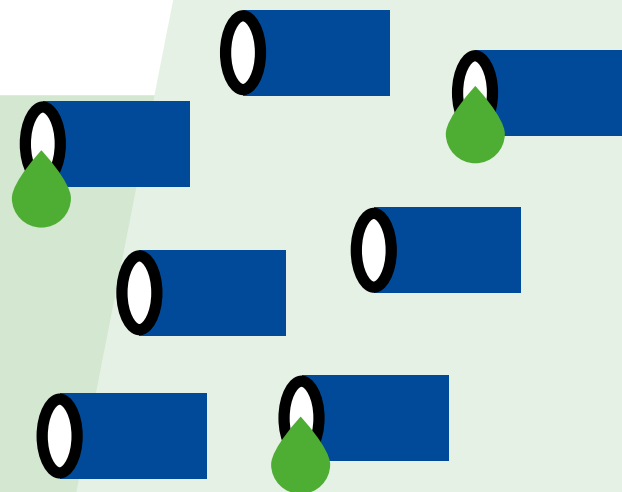
Esses processos estão relacionados com toda a história de uso e ocupação do território e à forma como ele foi integrado ao tecido urbano. Por isso, é preciso ler o território em detalhe para entender as causas dos seus problemas em diversas escalas: da microbacia ao bairro e do bairro ao desenvolvimento da cidade. Em todas essas escalas, é necessário observar também os problemas associados ao ambiente urbano, à infraestrutura, aos serviços e aos investimentos públicos.

Por isso, o mapeamento participativo dos riscos merece destaque na elaboração do PCRA e deverá ter a melhor qualidade de preparação,

planejamento, convocação e execução.

A qualidade desta preparação pode ajudar muito na coprodução da leitura de território e na identificação das ameaças, causas, vulnerabilidades e potenciais locais. Ainda que estejamos buscando que a comunidade lidere o processo, a assessoria técnica deve se preparar para cada atividade e para estimular esse protagonismo. Isso pode ser feito por meio de questões orientadoras e incentivando a observação de sinais de situações críticas no território.

A leitura multirrisco do território e o entendimento das suas causas complexas precisam se apoiar muito fortemente na integração das informações científicas com o conhecimento comunitário local, incluindo relatos de vivência em condições extremas de clima e em contextos de fragilidades socioeconômica e ambiental.



Os PCRA, além de fortalecerem a corresponsabilização e resiliência das comunidades periféricas, também podem fornecer dados importantes para a adaptação climática das cidades brasileiras.

A metodologia dos PCRA foi criada com base em experiências de diversas comunidades do Brasil. Ela é estruturada em módulos sequenciais e complementares, que vão desde a mobilização comunitária até a definição de soluções de baixa complexidade e a elaboração de planos de ações antecipatórias, passando pelo diagnóstico técnico-comunitário, mapeamentos participativos e pela formação de lideranças. A metodologia inclui, ainda, o monitoramento

contínuo dos riscos por meio de práticas de ciência cidadã, soluções baseadas na natureza e ferramentas simples e acessíveis de comunicação e alerta.

A proposta adotada nos PCRA responde à pergunta central que orienta este guia: Como essa metodologia se alinha a uma gestão integrada de riscos? A resposta está na própria concepção dos planos, que reconhecem o território como produto de interações entre natureza e sociedade, e a **gestão de riscos como processo coletivo, que exige coordenação entre instituições, articulação em diferentes escalas, fortalecimento do protagonismo comunitário e políticas públicas estruturantes.**



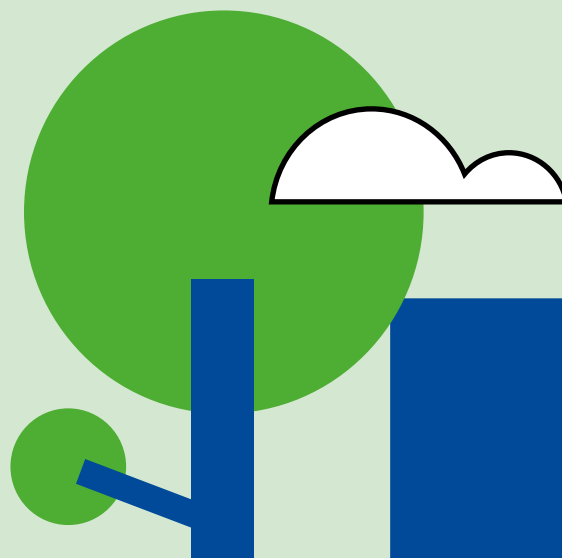


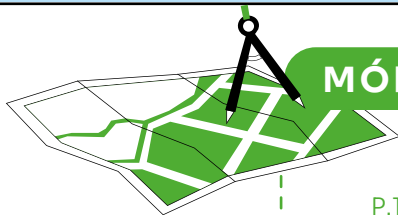
Essa abordagem é especialmente necessária diante da intensificação de eventos extremos. O desastre de 2024 no Rio Grande do Sul, por exemplo, mostrou a vulnerabilidade de sistemas urbanos frente a fenômenos fora do padrão histórico. A atual emergência climática exige avançar para diagnósticos multirrisco e soluções integradas, capazes de responder não apenas às inundações e aos deslizamentos, mas também aos riscos emergentes como ondas de calor extremo, incêndios, seca amazônica, erosão costeira, déficit de abastecimento hídrico e poluição atmosférica.

Nesta conjuntura de crise climática e de intensificação dos eventos extremos, é prioritário atuar nos territórios mais suscetíveis e vulneráveis para reduzir perdas e danos, e evitar mortes e ferimentos. Nesse cenário, ganham destaque as ações preventivas que reduzem a vulnerabilidade, às ações antecipatórias que dão uma resposta imediata diante de desastres, assim como as práticas comunitárias e coletivas de autodefesa frente a emergências e crises.

Para fortalecer a corresponsabilização da comunidade, elemento indispensável do protagonismo, este guia sugere a criação e implementação de um acervo de intervenções de baixa complexidade (implementadas pela própria comunidade) e de maior complexidade, constituindo uma pauta de reivindicação para **adaptação climática territorial** junto ao poder público. Dessa forma, o presente guia se inscreve em um movimento mais amplo de ressignificação da gestão de riscos e desastres no Brasil, que valoriza a **escala local, a inteligência coletiva e o protagonismo comunitário.**

A proposta dos PCRA, articulada com políticas públicas de urbanização de favelas, habitação, saneamento, regularização fundiária e proteção ambiental, visa contribuir para a construção de cidades mais justas, resilientes e sustentáveis. A coprodução dos mapeamentos e diagnósticos é entendida como um caminho para consolidar a cultura de prevenção a desastres e incluir a saúde e a segurança dos ambientes urbanos na agenda do poder público.

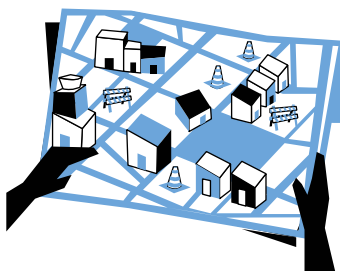




MÓDULO PREPARATÓRIO

PROPOSTA PARA A ELABORAÇÃO DE UM PCRA

P.1 **Avaliar as condições socioterritoriais para a elaboração do PCRA**



MÓDULO 1

LEITURA TÉCNICO-COMUNITÁRIA DO TERRITÓRIO

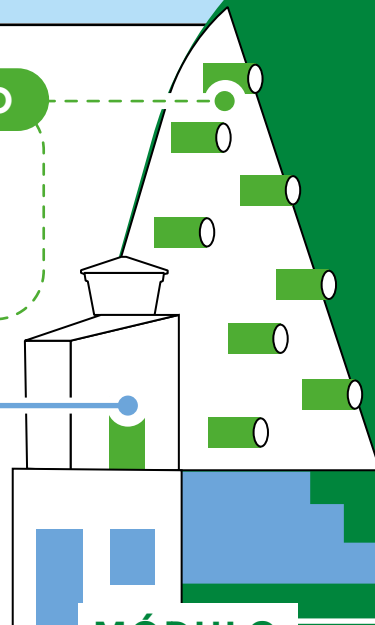
- 1.1 **Estabelecer acordo com a comunidade para a elaboração do PCRA**
- 1.2 **Realizar a leitura técnico-comunitária do território com foco nos riscos e adaptação às mudanças climáticas**
- 1.3 **Analisar e espacializar os riscos identificados, descrevendo ameaças e vulnerabilidades**



MÓDULO 2

MONITORAMENTO E AÇÕES ANTECIPATÓRIAS

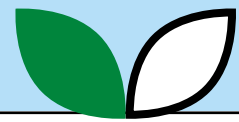
- 2.1 **Planejar e implementar ações de monitoramento dos riscos**
- 2.2 **Construir procedimento para ações antecipatórias comunitárias e solidárias durante eventos extremos**



MÓDULO TRANSVERSAL

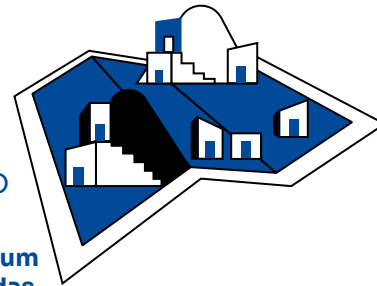
NÚCLEO TERRITORIAL DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA & AÇÕES TÁTICAS

- T.1 **Estruturar o Núcleo Territorial de Adaptação Climática (NUTAC)**
- T.2 **Promover a comunicação popular para mobilização e envolvimento nas atividades do plano**
- T.3 **Realizar ações táticas coletivas ao longo do plano para garantir e ampliar a participação popular**



MÓDULO 3

CONCEPÇÃO DE MEDIDAS
ESTRUTURAIS E NÃO
ESTRUTURAIS DE ADAPTAÇÃO
AOS RISCOS CLIMÁTICOS



- 3.1 **Construir com a comunidade um acervo de propostas de medidas adaptativas para os riscos e desastres**
- 3.2 **Organizar um plano de ação local para intervenções de menor complexidade**

MÓDULO 4

OFICINAS
SOCIOTÉCNICAS

- 4.1 **Desenvolver as oficinas sociotécnicas**

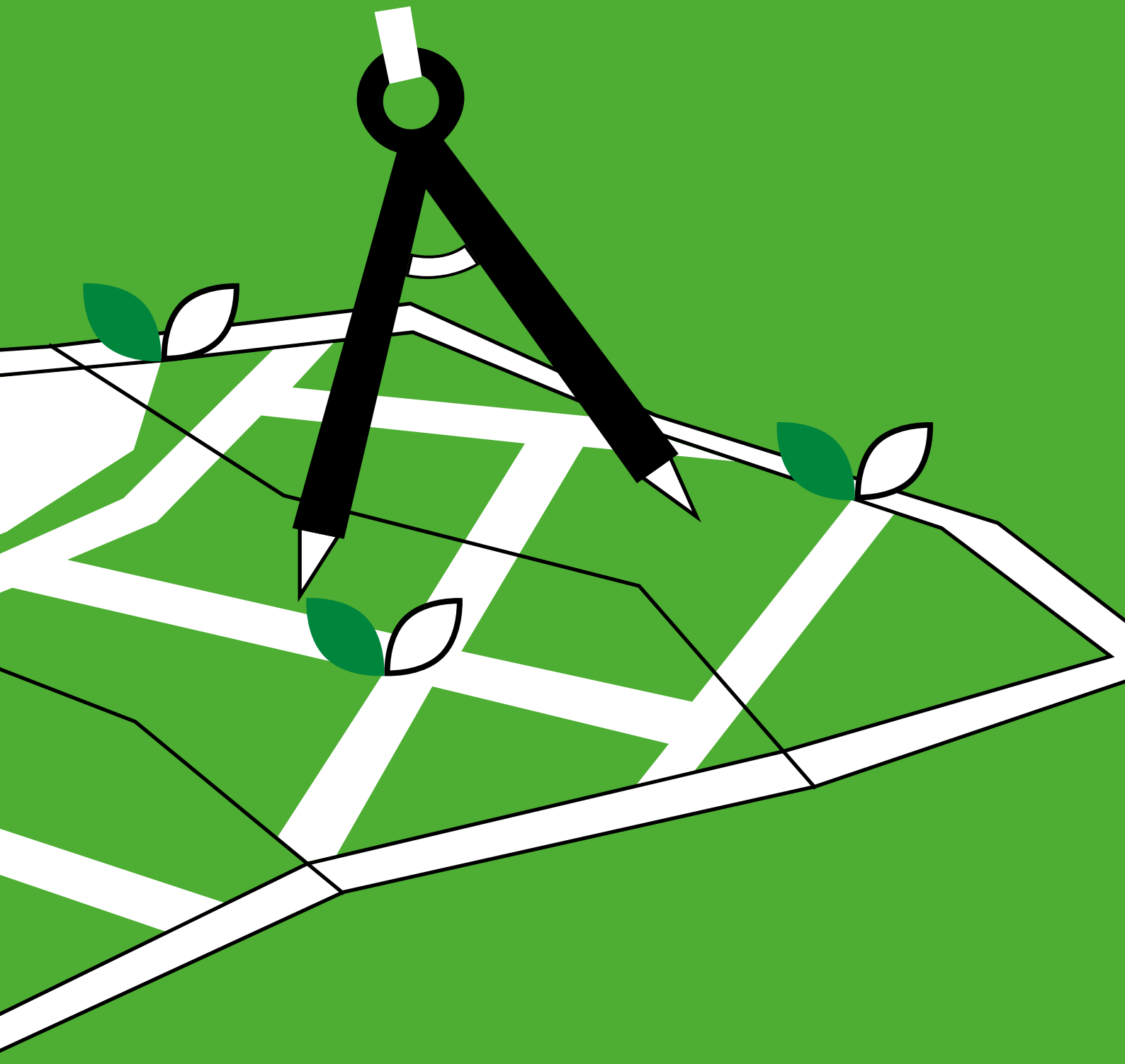


MÓDULO 5

ENCERRAMENTO DO PCRA

- 5.1 **Elaborar os produtos finais do PCRA**
- 5.2 **Lançar o Núcleo Territorial de Adaptação Climática e divulgar os resultados do PCRA**





MÓDULO PREPARATÓRIO



Proposta para elaboração do PCRA

Este módulo marca a preparação para o PCRA. Ele serve para fortalecer os **vínculos** entre a **assessoria técnica**, responsável pelo planejamento das atividades, e as **lideranças comunitárias** do território. Um dos primeiros passos é a **definição da área de trabalho**, que pode ser indicada pela própria comunidade, por técnicos do governo local ou por uma assessoria técnica vinculada ao território. O critério fundamental é que o território apresente **situações de risco(s)** que justifiquem a elaboração do PCRA. Existe uma percepção do risco que costuma se concentrar apenas em desastres de grande porte e início súbito. No entanto, é importante considerar também os riscos associados a processos de evolução lenta e a impactos menos visíveis. Entre eles, estão o aumento das temperaturas, a elevação do nível do mar, as secas prolongadas e a maior incidência de doenças transmitidas por vetores em períodos de

chuva, que afetam diretamente a vida cotidiana das populações mais vulneráveis.

O recorte espacial deve partir do reconhecimento dos limites de seu território pela própria comunidade. Recomenda-se que a delimitação reflita as **dinâmicas sociais locais, as características físicas e ambientais e as evidências de riscos**.

O levantamento prévio de dados institucionais ou informais sobre o território pode facilitar as etapas posteriores. É importante consultar estudos e instrumentos de planejamento urbano já existentes, como planos diretores, de habitação, de redução de risco, censo, cartas de suscetibilidade, entre outros.

Objetivo P.1

Avaliar as condições socioterritoriais para elaboração do PCRA

ATIVIDADES RECOMENDADAS

P.1.A - Aproximação entre a assessoria técnica e liderança(s) da comunidade

P.1.B - Elaboração do plano preliminar de trabalho com justificativa para a captação de recursos

É imprescindível que haja, no território, algumas referências que viabilizem o **diálogo** com moradores locais e ajudem a criar as **condições necessárias** para a elaboração do PCRA.

Organizações comunitárias como associações de moradores, movimentos sociais ou lideranças locais são atores essenciais na elaboração do PCRA.

Organizações comunitárias atuantes no território são fatores estratégicos para garantir a participação social.

Um passo importante é **mapear os atores presentes no território**, com o apoio das lideranças de referência. Esse mapeamento deve incluir movimentos sociais, coletivos, associações culturais, esportivas e religiosas, bem como outras lideranças individuais. Sempre que possível, é importante compreender o papel que cada um desses grupos exerce na comunidade, seus interesses, possíveis conflitos e as vulnerabilidades e potências do território. Além disso, é importante identificar outros recursos comunitários disponíveis como cozinhas solidárias, espaços físicos para reuniões e práticas coletivas capazes de mobilizar a comunidade.

Uma vez que se instale o PCRA no território, ao longo do **Módulo 1**, a relação com as lideranças passará por uma mudança, onde parte ou a totalidade delas passará a compor a equipe, ampliando também para outros moradores representantes de grupos, na forma de agentes territoriais.

Além disso, deverão ser estabelecidas diferentes atividades e relações com os diferentes públicos de participação social, conforme detalhado a seguir.

**ASSESSORIA
TÉCNICA**

Grupo interdisciplinar de assessores técnicos que vai compor a equipe PCRA. Podem ser pessoas da própria comunidade ou de fora, desde que tenham uma relação estabelecida com a comunidade. Essa assessoria poderá contar com profissionais de engenharia, arquitetura, geografia, geologia, entre outras especialidades.

LIDERANÇAS

Grupo menor de moradores que estabelecerá o primeiro elo entre a comunidade e a assessoria técnica. São as lideranças que farão a consulta de interesse e abrirão caminho para que o PCRA possa ser iniciado na comunidade. Após o início do PCRA, é preciso ampliar esse elo para um número maior de moradores e, principalmente, mais representativo da totalidade da comunidade.

**AGENTES
TERRITORIAIS**

Depois do início do PCRA, é preciso que haja um processo de seleção de agentes territoriais que farão parte da equipe PCRA. É provável que as lideranças participem para tornarem-se agentes territoriais e indiquem pessoas para compor a equipe. Porém, é importante que o grupo seja amplo e de fato representativo, então o processo seletivo deve ter possibilidade de participação para pessoas para além delas. É desejável que os selecionados morem em diferentes regiões da comunidade, especialmente se houver diferentes tipos de risco nessas áreas. Os agentes territoriais devem ser capazes de estabelecer contato ou pertencer aos diferentes grupos existentes para não travar o avanço do PCRA em determinadas áreas.



Sugerimos que um dos critérios do processo de seleção dos agentes territoriais seja a participação nas aulas do Módulo 5 do Programa de Formação Periferia Sem Risco.

As aulas podem ser abertas a todos os interessados e exibidas em um espaço na própria comunidade, com projetor e caixa de som.



Assessoria
Técnica



Agentes
Territoriais



Equipe PCRA

É desejável também que o PCRA tenha o apoio do poder público local, especialmente da prefeitura, porque esse envolvimento pode viabilizar ações concretas de prevenção e adaptação. Mesmo que tal apoio não esteja garantido desde o início, é importante buscar aproximação com representantes da administração municipal e, se possível, também do governo estadual. Essa relação influenciará os rumos do PCRA após sua finalização.

O relacionamento com instituições governamentais pode dar mais força ao PCRA para que sejam feitas intervenções mais complexas no território. Além disso, o PCRA pode servir como base técnica para apoiar as comunidades em processos judiciais, como nos casos de ameaças de remoções, frequentemente justificadas pela existência de moradias em situação de risco.

Para alcançar o objetivo do módulo de avaliar as condições socioterritoriais para a elaboração do PCRA, recomenda-se a realização de duas atividades:

ATIVIDADE P.1.A

APROXIMAÇÃO ENTRE ASSESSORIA TÉCNICA E LIDERANÇAS DA COMUNIDADE

- Reuniões iniciais com as lideranças de referência para alinhar expectativas e avaliar a viabilidade de elaborar um PCRA no território
- Sessões de escuta para identificar percepções e experiências da comunidade sobre riscos e vulnerabilidades, bem como suas demandas prioritárias
- Caminhadas pelo território com as lideranças de referência para compreender o contexto local
- Dinâmicas de construção de confiança e diálogo para criar um ambiente de participação aberta e contínua entre assessoria técnica e comunidade

ATIVIDADE P.1.B

ELABORAÇÃO DO PLANO PRELIMINAR DE TRABALHO COM JUSTIFICATIVA PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

PROPOSTA PRELIMINAR:

esta atividade consiste no envio de um plano preliminar de trabalho, cujo objetivo é justificar, em termos técnicos e políticos, a captação de recursos destinados à elaboração do PCRA. Recomenda-se que o documento seja sucinto, com extensão máxima de 20 páginas, e que contemple os seguintes elementos:

A. Caracterização do território periférico

- Localização no espaço urbano e o contexto da cidade formal onde está inserido
- Caracterização do assentamento: estimativa da área, número de pessoas etc.
- Descrição sucinta do meio físico
- Histórico preliminar da ocupação, desenvolvimento e conflitos presentes no território
- Relato de ocorrências sistemáticas de desastres socioambientais e outros riscos provocados pela mudança do clima, tais como ondas de calor, aumento de temperatura, aumento do nível do mar etc.
- Descrição preliminar da comunidade, a partir de fontes diretas (lideranças de referência), abordando as vulnerabilidades e potencialidades, conflitos internos e externos no contexto urbano

B. Atividades e procedimentos metodológicos

- Descrição das atividades a serem executadas ao longo do PCRA
- Cronograma de execução do PCRA em 12 meses

C. Recursos Humanos

- Currículo simplificado da assessoria técnica
- Descrição sucinta do processo de seleção dos agentes territoriais para composição da equipe PCRA

D. Referências

- Bibliografias de referência para orientar a elaboração do PCRA
- Acervos dos moradores: registros coletivos, fotos dos moradores, do lugar e outras formas de representação do território





EXPERIÊNCIA
INSPIRADORA

Aliança pelo Residencial Edgar Gayoso

📍 TERESINA, BRASIL

Uma das grandes dificuldades em bairros periféricos é a falta de informações claras sobre o território e seus moradores. Uma forma de enfrentar isso é envolvê-los na coleta de dados. **Pesquisas e censos comunitários** fortalecem a organização social e promovem a inclusão. No Residencial Edgar Gayoso, em Teresina, moradores e estudantes desenvolveram um questionário adaptado à realidade do bairro e aplicaram a pesquisa, criando confiança no processo. Os resultados foram compartilhados com a comunidade em uma publicação sobre as características das pessoas, das casas e do lugar, como base para pensar em melhorias para o bairro.

QUER SABER MAIS?

Acesse o link ➡

[https://collections.unu.edu/eserv/
UNU:10338/Pesquisa_Comunit_ria_
THE_Final.pdf](https://collections.unu.edu/eserv/UNU:10338/Pesquisa_Comunit_ria_THE_Final.pdf)



EXPERIÊNCIA
INSPIRADORA

Princípios de Adaptação Liderada Localmente

Este guia nasce no Brasil, mas caminha junto com um movimento mundial de reconhecer que as pessoas que vivem e cuidam dos territórios devem estar no centro das decisões sobre como se adaptar às mudanças climáticas. Essa visão dialoga diretamente com os oito Locally Led Adaptation Principles (Princípios de Adaptação Liderada Localmente), que desde 2021 orientam iniciativas em diferentes países. Assim como o guia propõe, esses princípios reforçam a importância de valorizar e fortalecer o conhecimento local e garantir recursos de forma direta e acessível às comunidades. Ao mesmo tempo em que responde a desafios brasileiros, o guia se conecta a uma rede global de experiências e práticas que fomentam a força da ação local para transformar o futuro.

QUER SABER MAIS?

Acesse o link ↗

<https://www.iled.org/principles-for-locally-led-adaptation>





MÓDULO TRANSVERSAL

Núcleo Territorial de Adaptação Climática & ações táticas

O **Módulo Transversal** trata de três objetivos que serão construídos ao longo de toda a elaboração do PCRA. Suas atividades devem ser executadas em paralelo aos demais módulos. Nesse módulo, é importante aprofundar o envolvimento da comunidade nas atividades do PCRA e fomentar a continuidade da organização comunitária em torno do tema, mesmo após finalizado o PCRA.

A política de gestão de risco de base comunitária promovida pelos PCRA está baseada na participação da comunidade em todas as etapas da sua elaboração. Isso ajuda os moradores a se apropriar dos processos. Entretanto, é preciso considerar que, muitas vezes, há um relativo descrédito dos moradores em relação a instrumentos de planejamento nas periferias. Isso se dá porque as obras efetivas, com

frequência, são morosas e às vezes acabam não se concretizando. Assim, a participação deve ser construída a partir de melhorias concretas na vida da comunidade e na forma como se lida com os riscos.

Além disso, a elaboração dos PCRA deve transformar a forma como as comunidades periféricas urbanas veem o risco de desastres. Em vez de achar que os riscos são naturais e inevitáveis, é preciso mostrar que eles são socialmente construídos, influenciados pelas desigualdades socioterritoriais e pela falta de investimentos em infraestrutura. Entender os processos físicos e socioeconômicos que geram risco é vital para o sucesso do PCRA e para que a comunidade se mobilize e busque soluções. A autonomia comunitária e a mobilização em torno

do tema são fortalecidos quando os moradores compreendem os processos causadores do risco, a influência das ações da própria comunidade na sua redução e que soluções de infraestrutura são necessárias.

Para gerar esse envolvimento da comunidade, é preciso criar diferentes espaços de participação,

pois nem todos vão se envolver em todas as atividades. É recomendável organizar momentos diferentes com grupos menores e maiores, para que todos compreendam e validem o processo. A seguir, explicitamos os públicos envolvidos e sugerimos algumas práticas e atividades para possibilitar a participação de diferentes públicos na comunidade.

PÚBLICOS DE PARTICIPAÇÃO

DESCRIÇÃO

MEMBROS DO NUTAC

O Núcleo Territorial de Adaptação Climática é uma organização comunitária, a ser construída ao longo do processo, que reúne os moradores da comunidade em torno da temática da gestão e adaptação climática. Aqui ressaltamos que o objetivo de formação dos agentes territoriais ao longo do PCRA é para que eles se tornem figuras centrais na dinâmica do NUTAC, dando continuidade às ações do PCRA mesmo após seu término. Porém, tornar-se membro do NUTAC não deve ser exclusividade dos agentes territoriais. Moradores interessados devem ser envolvidos em atividades para que possam se formar e participar do NUTAC, mesmo sem fazer parte da equipe PCRA.

MORADORES

Refere-se ao grupo mais amplo de participação, com mobilização massiva e irrestrita para apresentação inicial e validação de etapas importantes do PCRA. Os agentes territoriais são responsáveis por promover a participação dos moradores, principalmente nos grupos ou áreas que representam. Essa participação dos moradores pode ser realizada de uma só vez, em grandes assembleias, ou de forma dividida, por grupos focais direcionados a uma determinada área de interesse.



REUNIÕES

As reuniões de trabalho têm como propósito encaminhar alguns rumos do PCRA. São atividades que envolvem principalmente a assessoria técnica e agentes territoriais. Antes da seleção de agentes territoriais, podem ser realizadas reuniões com as lideranças locais para discutir e adequar o plano de trabalho.

De modo geral, as reuniões podem e devem ocorrer ao longo do PCRA toda vez que for necessário definir métodos, estabelecer as etapas seguintes, aprofundar a discussão sobre os processos causadores dos riscos, formular propostas de intervenções, entre outros. São momentos importantes de alinhamento entre o conhecimento técnico e o comunitário e que devem ser realizados sempre que necessário, para que o plano avance com a equipe PCRA. Para uma boa reunião, os organizadores devem:

- **Construir uma pauta que determine os pontos a serem discutidos**
- **Separar momentos de informes para que cada responsável fale sobre os avanços do assunto que está tocando**
- **Respeitar as falas de todas e todos da equipe. Reuniões da equipe PCRA não podem contar com falas apenas da assessoria técnica, os agentes territoriais devem fazer parte das discussões e decisões tomadas**
- **Disponibilizar de forma direta os encaminhamentos e responsáveis para toda a equipe PCRA**

OFICINAS

São atividades práticas ou didáticas, que promovem a formação em temas específicos e envolvem grupos para além da equipe PCRA. Elas podem ser realizadas com a convocação geral dos moradores ou divididas em grupos para focar em assuntos específicos. Por exemplo, no caso de comunidades que contam com mais de um tipo de risco em diferentes áreas, pode-se realizar oficinas específicas com os moradores de cada uma dessas áreas.

As oficinas devem ser dinâmicas, ter metodologia bem definida e contar com momentos de participação dos moradores, seja com falas ou com ações práticas, de acordo com o objetivo da oficina. Para realizar uma oficina, a equipe PCRA deve:

- Definir a metodologia previamente
- Dividir tarefas de acompanhamento das atividades da oficina entre assessoria técnica e agentes territoriais
- Garantir os materiais necessários para a atividade
- Definir o público de interesse para a mobilização

ASSEMBLEIAS

Com carácter decisório ou de validação dos acordos, as assembleias são os momentos de maior mobilização da comunidade. Devem ser realizadas em locais de fácil acesso para a maior parte da comunidade e garantir a participação de diferentes grupos e áreas da comunidade por meio de mobilização. Se a assembleia tiver baixa adesão ou baixa representatividade, recomenda-se repetir o processo com mobilização voltada para os grupos que não participaram, inclusive mudando o local ou horário para facilitar a participação.

É nas assembleias que a equipe PCRA vai apresentar e validar os avanços de cada módulo e pactuar os acordos e responsabilidades nos protocolos construídos. Para uma boa assembleia, a equipe deve:

- Definir os responsáveis pelas falas de cada assunto
- Ser sucinta para que a assembleia não dure mais de 1 hora e meia
- Apresentar mapas, fotos e projeções com os avanços do PCRA
- Ser didática na comunicação sobre os assuntos técnicos para compreensão da totalidade dos moradores presentes
- Prever tempo de escuta ativa das falas e ponderações dos moradores
- Promover lanches, espaço para crianças e o que for necessário para facilitar a maior participação possível dos moradores

Objetivo T.1

Estruturar o Núcleo Territorial de Adaptação Climática (NUTAC)

ATIVIDADES RECOMENDADAS

T.1.A - Engajamento dos moradores envolvidos no PCRA para a composição do NUTAC

T.1.B - Formação dos membros do NUTAC para aplicação dos conceitos e resultados do PCRA

Ao longo da elaboração do PCRA, o objetivo é promover diversas transformações, tanto na dinâmica de relações no território (através da organização dos moradores para promover ações antecipatórias e protocolos de emergência) quanto transformações físicas (organizando mutirões de revitalização de áreas degradadas ou pequenas melhorias nos acessos, por exemplo). Porém, para que as ações não percam efetividade ao final do PCRA, é preciso que a própria comunidade continue organizada, mantendo ações e respeitando os acordos estabelecidos.

O NUTAC tem como papel promover a continuidade do PCRA. Ao longo da sua elaboração, o PCRA também é um processo formativo para a equipe e para os moradores interessados em participar das ações. O NUTAC é o espaço, não necessariamente físico, que reúne esses moradores. A partir dele, são organizadas ações e definidas tarefas, ao mesmo tempo que se mostra a importância de cada um na coesão da comunidade em torno da redução do risco.

O PCRA também terá como produto o Plano Local de Reivindicações, para que a comunidade busque parcerias e recursos para a implementação das soluções mais complexas. São os membros do NUTAC que organizarão, junto a sua comunidade, o cronograma para correr atrás dessa demanda.

ATIVIDADE T.1.A ENGAJAMENTO DOS MORADORES ENVOLVIDOS NO PCRA PARA A COMPOSIÇÃO DO NUTAC

O engajamento de moradores deve ser promovido ao longo de todas as etapas do PCRA com o propósito de ampliar a participação no NUTAC para além dos agentes territoriais.

ATIVIDADE T.1.B FORMAÇÃO DOS MEMBROS DO NUTAC PARA APLICAÇÃO DOS CONCEITOS E RESULTADOS DO PCRA

Os membros do NUTAC devem passar por um processo formativo, que tem início na participação nas aulas do Programa de Formação Periferia Sem Risco e continuam ao longo do PCRA através da participação em oficinas, caminhadas diagnósticas, etc.

É importante que os agentes territoriais e demais moradores interessados em compor o NUTAC participem da maior parte dessas atividades para darem continuidade ao PCRA. Para isso, a equipe PCRA deve manter uma lista de presença.

Objetivo T.2

Promover a comunicação popular para mobilização e envolvimento nas atividades do plano

ATIVIDADES RECOMENDADAS

T.2.A - Elaboração, produção e circulação de materiais de comunicação popular para mobilização da comunidade em torno do tema do PCRA

T.2.B - Aprofundar e difundir a comunicação do risco na comunidade sobre as etapas de prevenção, mitigação, preparação e resposta

A comunicação popular é um elemento decisivo no sucesso do PCRA. Ela significa usar os canais e linguagem que já fazem parte do dia a dia da comunidade, como rádios locais, grupos de Whatsapp, influenciadores do bairro ou coletivos de comunicação periféricos, para mobilizar e envolver mais pessoas. Assim, as informações chegam de forma clara e próxima, fortalecendo a participação ativa de quem vive no território. Quando os próprios grupos impactados por desastres socioambientais ajudam a comunicar os riscos e soluções, cresce a capacidade de organização, a resiliência comunitária e o poder de reivindicação por direitos.

É importante que na sua elaboração, o PCRA conte com a produção de materiais seguindo os princípios da comunicação popular, trazendo orientações diretas e acessíveis sobre como agir em situações de emergência. Por exemplo, rotas

de fuga, sistemas de alerta, locais de abrigo e recomendações do protocolo para emergências.

É central também que a comunicação popular envolva novas formas de difundir a existência

dos riscos e o que os moradores devem e não devem fazer para reduzi-los, para além de mobilizar os moradores para as atividades participativas e formativas a serem realizadas ao longo do PCRA.

ATIVIDADE T.2.A ELABORAÇÃO, PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO POPULAR PARA MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE EM TORNO DO TEMA DO PCRA

Fomentar a participação ativa e organização comunitária para produção de materiais sobre os temas do PCRA a partir de ferramentas de comunicação comunitária. Exemplos incluem audiovisual, fotografia, rádios, jornais impressos, panfletos, carros de som, materiais para divulgação em redes sociais e grupos de mensagem, promoção de cine debates, entre outros.

ATIVIDADE T.2.B APROFUNDAR E DIFUNDIR A COMUNICAÇÃO DO RISCO NA COMUNIDADE SOBRE AS ETAPAS DE PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA

Difundir os acúmulos de cada etapa do PCRA, as orientações e o tema do risco de forma geral, em linguagem popular e com ferramentas de comunicação comunitária.

Objetivo T.3

Realizar ações táticas coletivas ao longo do plano para garantir e ampliar a participação popular

ATIVIDADES RECOMENDADAS

T.3.A - Planejamento e execução de ações táticas que gerem melhorias em relação aos riscos enfrentados e mobilizem a comunidade

T.3.B - Atividades de caráter lúdico sobre o tema da justiça ambiental e prevenção de risco

Ações táticas são iniciativas de simples execução, baixo custo e sem necessidade de estudos técnicos prévios. Seu objetivo é engajar a comunidade no processo de elaboração do PCRA através da realização de pequenas melhorias para adaptação da realidade local às mudanças climáticas. Desde

o início dos trabalhos do PCRA, é importante que a equipe PCRA identifique, junto com os moradores, pontos de interesse e localizações na comunidade que possam ser espaços para ações táticas. Essas intervenções geram efeitos concretos e mostram na prática a capacidade de transformação por meio do trabalho coletivo.

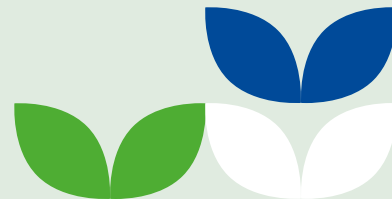
ATIVIDADE T.3.A PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES TÁTICAS QUE GEREM MELHORIAS EM RELAÇÃO AOS RISCOS ENFRENTADOS E MOBILIZEM A COMUNIDADE

Entre outras iniciativas que podem partir dos próprios moradores, são exemplos de ações táticas que podem ser planejadas e realizadas com planejamento pela equipe PCRA e mobilização da comunidade:

- Mutirões de pintura dos telhados de branco para conforto térmico
- Mutirões de limpeza de áreas degradadas
- Revitalização de espaços públicos
- Melhoria de pisos e escadarias
- Implantação de iluminação pública
- Pintura e identificação de rotas de fuga na construção de protocolos de emergência

ATIVIDADE T.3.B ATIVIDADES DE CARÁTER LÚDICO SOBRE O TEMA DA JUSTIÇA AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCO

Para além dos mutirões de transformação do território, também recomendamos a realização de atividades simples e lúdicas que ampliem o interesse da comunidade nos temas abordados pelo PCRA. Alguns exemplos são cine debates sobre o tema, atividades de educação ambiental com as crianças, oficinas de separação de resíduos sólidos, buscando associação com escolas e equipamentos coletivos para fortalecimento das ações do PCRA.



**MASCENTE
REVITALIZADA
PELO PLANO
COMUNITÁRIO**





EXPERIÊNCIA
INSPIRADORA

PCRA Comunidade da Baracela

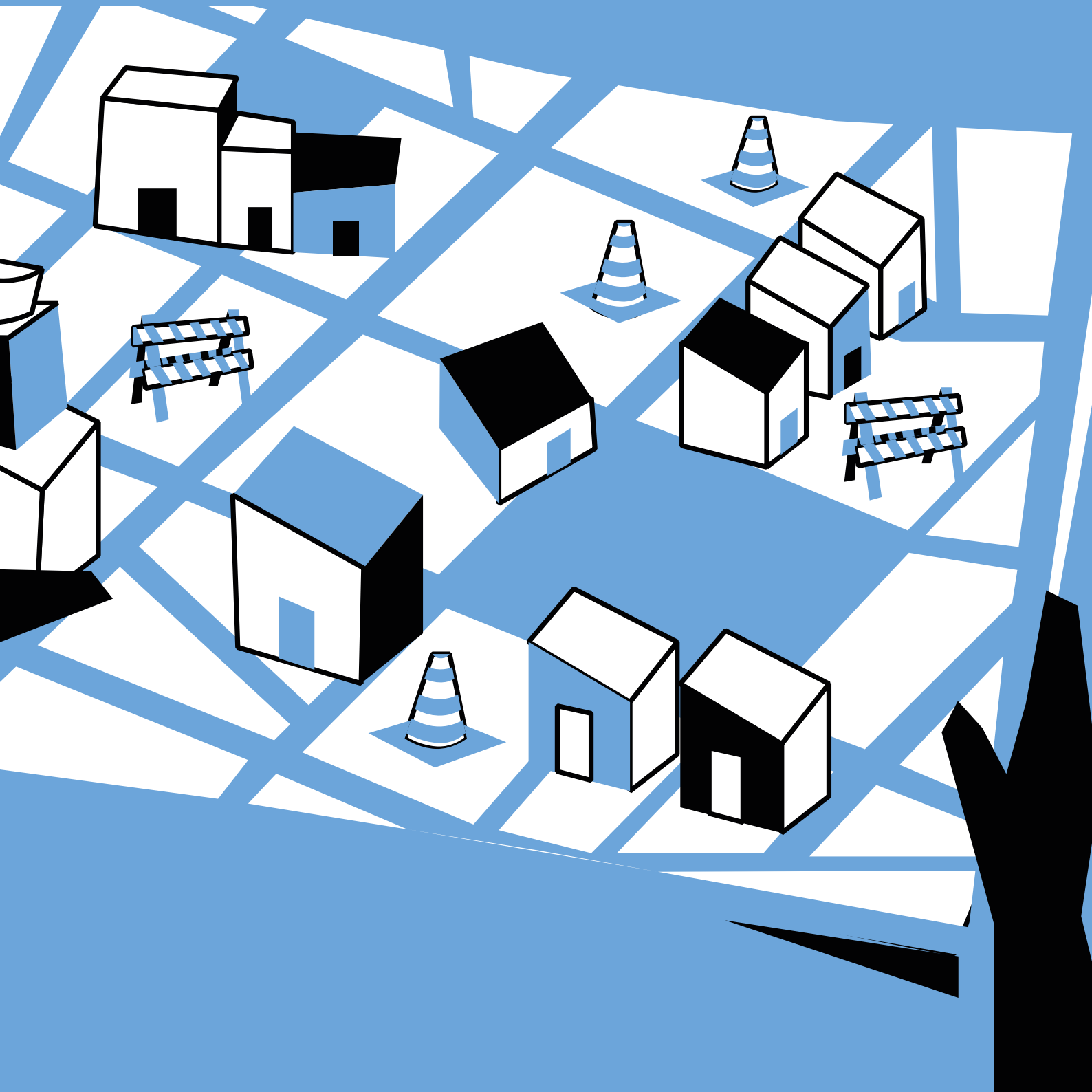
📍 SÃO PAULO

Nele encontram-se registros das experiências na comunidade da Baracela, incluindo oficinas, **ações táticas** como o ciclo de mutirões para recuperação da nascente, caminhadas de educação ambiental com as crianças, construção de pluviômetros, implantação de abrigo temporário e outras atividades realizadas no território.

QUER SABER MAIS?

Acesse o link ↗

<https://interativo-mapadasperiferias.cidades.gov.br/nos-perifericos/mural-oportunidades>



MÓDULO 1

Leitura técnico-comunitária do território

Este módulo é um diagnóstico do território, a partir da combinação entre análises técnicas e o conhecimento popular acumulado pela vivência da comunidade.

A leitura técnico-comunitária exige a participação ativa dos moradores e lideranças da comunidade. A equipe PCRA pode organizar o envolvimento comunitário a partir de métodos participativos consagrados como oficinas, caminhadas diagnósticas, plantões de mapeamento, café

mundial, entre outras. Alguns desses métodos foram descritos no **Módulo Transversal**.

O **Módulo 1** inclui o levantamento de ameaças presentes no território (inundações, deslizamentos, altas temperaturas etc.), a identificação das fragilidades individuais, familiares e comunitárias frente a essas ameaças e o reconhecimento das potencialidades da comunidade para enfrentar os riscos.

Objetivo 1.1

Estabelecer acordo com a comunidade para a elaboração do PCRA

ATIVIDADES RECOMENDADAS

1.1.A - Identificação de lideranças, grupos de interesses específicos e conflitos internos e externos

1.1.B - Identificação e avaliação dos atores institucionais

1.1.C - Reunião com lideranças para adequação do plano de trabalho e reconhecimento de campo

1.1.D - Assembleia para apresentar o plano de trabalho, equipe PCRA e estabelecer acordos com a comunidade

Mobilizar cada grupo social de interesse específico **pode significar desenvolver atividades ajustadas a cada grupo ou reunir seus representantes em encontros gerais** com outras lideranças. Nesse momento inicial, é importante realizar acordos, mesmo que temporários,

sobre a condução dos trabalhos. Por exemplo, os melhores dias e horários para atividades participativas, cronograma preliminar, entes parceiros da comunidade e outras questões relevantes para o PCRA. Todos os acordos e alterações no plano de trabalho devem ser consolidados em uma assembleia geral.

ATIVIDADE 1.1.A IDENTIFICAÇÃO DE LIDERANÇAS, GRUPOS DE INTERESSES ESPECÍFICOS E CONFLITOS INTERNOS E EXTERNOS

A partir de conversas com as lideranças previamente contatadas pela assessoria técnica, é recomendável uma ação contínua para expandir as representações comunitárias.

Durante a elaboração do PCRA é possível que **novas representações legítimas** sejam agregadas ao processo a partir da troca de saberes entre a assessoria técnica e a comunidade.

ATIVIDADE 1.1.B IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ATORES INSTITUCIONAIS

É importante estabelecer contato com as instituições públicas locais no sentido de contribuir com o PCRA e de compromisso futuro com seus resultados. No entanto, esse contato deve ser avaliado e estabelecido em parceria com os principais representantes da comunidade. No geral, a própria comunidade já tem relações prévias estabelecidas com diferentes atores institucionais, sejam essas relações negativas ou positivas.

O protagonismo comunitário

deve ser estimulado por meio do fortalecimento de parcerias já existentes e de considerações sobre as sutilezas envolvidas nas relações entre comunidade e instituições.

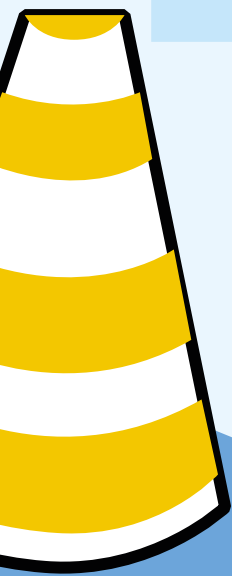
ATIVIDADE 1.1.C REUNIÃO COM LIDERANÇAS PARA ADEQUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E RECONHECIMENTO DE CAMPO

No caso de a assessoria técnica ainda não ter tido a oportunidade de caminhar pela comunidade recentemente, é importante realizar um reconhecimento de campo acompanhado das lideranças com o objetivo de ajustar o plano de trabalho à realidade local.

ATIVIDADE 1.1.D ASSEMBLEIA PARA APRESENTAR O PLANO DE TRABALHO, EQUIPE PCRA E ESTABELECER ACORDOS COM A COMUNIDADE

A atividade consiste na primeira convocação geral para pactuar os acordos coletivos sobre o trabalho a ser desenvolvido nos próximos meses no âmbito do PCRA. Sugere-se que sejam debatidos no mínimo os seguintes pontos:

- Apresentação da equipe PCRA incluindo assessoria técnica e agentes territoriais
- Objetivo e relevância do PCRA
- Cronograma de elaboração
- Dias da semana e horários adequados para as atividades participativas
- Aprovação comunitária sobre a elaboração do PCRA



Objetivo 1.2

Realizar a leitura técnico-comunitária do território com foco nos riscos e adaptação às mudanças climática

ATIVIDADES RECOMENDADAS

1.2.A – Oficina de mapeamento participativo de percepção do risco

1.2.B – Caminhada diagnóstica e formativa com os agentes territoriais

1.2.C – Continuidade do diagnóstico a partir dos agentes territoriais

1.2.D – Síntese do mapeamento participativo sobre imagem de satélite ou de drone (ameaças, vulnerabilidades e potencialidades)

1.2.E – Reunião com agentes territoriais sobre as causalidades dos riscos mapeados

A leitura técnico-comunitária busca integrar informações de diferentes fontes: dados secundários disponíveis em órgãos públicos, estudos acadêmicos, registros de acidentes

e desastres, bem como percepções coletadas por meio de mapeamentos participativos. Essa abordagem cruzada permite compreender tanto os aspectos físicos e ambientais do risco quanto às dinâmicas sociais que marcam o território.

A equipe PCRA deve examinar dados e documentos já produzidos sobre a área e apresentá-los em uma linguagem simples. Isso permite o uso desses dados por todos durante as atividades participativas.

O LEVANTAMENTO DOCUMENTAL DEVE CONTER:

- Registro de ocorrências de desastres anteriores
- Reportagens e registros comunitários de eventos extremos anteriores
- Histórico de dados pluviométricos
- Documentos técnicos de gestão de riscos (Cartas de Riscos, Cartas de Suscetibilidade, Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização e Plano Municipal de Redução de Riscos)
- Outros dados e documentos relacionados à gestão de riscos

O reconhecimento do risco por um indivíduo ou uma coletividade é fundamental para que possam compreender sua gravidade e adotem práticas para enfrentá-lo, a chamada

gestão de riscos. Sem perceber o perigo, as pessoas expostas podem ser surpreendidas por “fatalidades”, “forças da natureza” ou justificativas do gênero, só restando respostas improvisadas para tentar recuperar perdas e danos.

Uma boa **imagem oblíqua** de toda a área e seu entorno mais imediato obtida por voo de **VANT (drone)** é um recurso oportuno para as atividades deste módulo, em especial para o mapeamento de risco “casa a casa, caso a caso”.

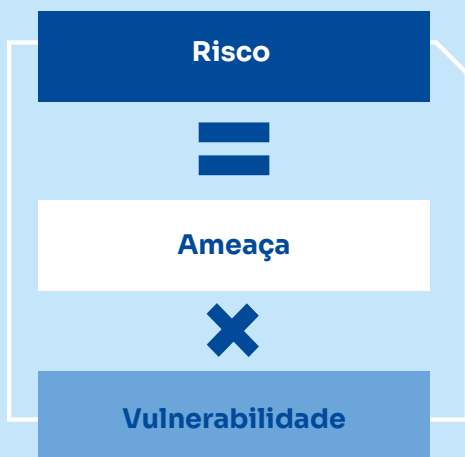
ATIVIDADE 1.2.A

OFICINA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DE PERCEPÇÃO DO RISCO

As oficinas de mapeamento participativo são parte importante do processo de identificação de riscos no território. Para favorecer a participação, recomenda-se dividir os participantes em pequenos grupos em torno de mapas ampliados e fotos oblíquas, se possível. Nestes pequenos grupos os moradores podem apontar os locais de risco, considerando ameaças e vulnerabilidades,

segundo a sua própria percepção. Além disso, é fundamental registrar as potencialidades da comunidade no enfrentamento desses riscos como espaços coletivos que podem servir de abrigo temporário, organizações comunitárias capazes de realizar ações táticas, entre outras.

Em seguida, os registros dos diferentes grupos são cruzados e organizados em temas, permitindo a validação coletiva das informações.



Risco



Ameaça



Vulnerabilidade

A possível perda de vidas, lesões ou destruição/danos a bens que podem ocorrer em uma sociedade ou comunidade em um determinado período de tempo. Uma relação de probabilidade entre ameaça e vulnerabilidade, que pode ser alterada pela resiliência local, isto é, as potencialidades que determinada comunidade tem de enfrentamento aos riscos de desastres.

Um processo, fenômeno ou atividade humana que pode causar perda de vidas, lesões ou outros impactos à saúde, danos materiais, perturbação social e econômica ou degradação ambiental. Por exemplo, deslizamentos, ondas de calor, inundações e alagamentos.

As condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade de um indivíduo, uma comunidade, bens ou sistemas aos impactos das ameaças. Quanto maior a vulnerabilidade, menores são as condições de enfrentamento e recuperação diante dos desastres.

Potencialidades

Nos territórios periféricos podem ser compreendidas como a capacidade de fazer, reinventar e criar, tanto no cotidiano quanto nas formas coletivas de organização. Essas potências se expressam pela cultura, pela mobilização comunitária, pela participação popular, pelas narrativas locais, pela economia criativa e pela luta organizada por direito à cidade. Elas fomentam as práticas coletivas e solidárias e confrontam os estigmas que associam as periferias apenas à pobreza, à violência ou à marginalidade.

ATIVIDADE 1.2.B
CAMINHADA DIAGNÓSTICA E FORMATIVA
COM OS AGENTES TERRITORIAIS

Destaca-se a importância da assessoria técnica estimular os moradores presentes e, ao mesmo tempo, exercitar a própria leitura cuidadosa dos indicadores e evidências dos riscos. A leitura participativa deve ser a soma de todos os olhares da caminhada planejada. Para isso, é importante que a equipe PCRA invista um tempo razoável na interação com a população sempre que estiver em campo, na busca do entendimento sobre como podem se dar os desastres.

ATIVIDADE 1.2.C
CONTINUIDADE DO DIAGNÓSTICO A
PARTIR DOS AGENTES TERRITORIAIS

É indispensável que a assessoria técnica valorize o conhecimento do território e a capilaridade dos agentes territoriais. Portanto, recomenda-se que os agentes continuem colaborando com o diagnóstico por um período determinado, aproximadamente duas semanas. Durante esse tempo, eles devem observar a comunidade no seu dia a dia, mas com olhar atento aos riscos. Nessas observações, podem indicar, por exemplo, possíveis ameaças ou moradias vulneráveis que não foram contempladas na oficina de mapeamento.

ATIVIDADE 1.2.D
SÍNTESE DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO
SOBRE IMAGEM DE SATÉLITE OU DE
DRONE (AMEAÇAS, VULNERABILIDADES E
POTENCIALIDADES)

Os dados e informações levantados no mapeamento participativo e nas caminhadas diagnósticas devem ser traduzidos de maneira gráfica em mapas e imagens oblíquas de drone. Essa representação gráfica deve ser apresentada aos moradores em assembleia e orientar as ações dos módulos seguintes. O mapeamento deve ser capaz de expressar claramente as principais ameaças e vulnerabilidades que produzem as situações de risco no território, bem como as potencialidades já existentes na comunidade para enfrentá-los.

ATIVIDADE 1.2.E
REUNIÃO COM AGENTES TERRITORIAIS SOBRE
AS CAUSALIDADES DOS RISCOS MAPEADOS

O entendimento preciso das causas permite propor medidas eficazes para reduzir os riscos, sejam medidas de convívio ativo, como monitoramento e ações antecipatórias, ou intervenções e obras para a melhoria das condições de segurança. Portanto, recomenda-se realizar atividades para alinhar a compreensão dos riscos pelos agentes territoriais e pela assessoria técnica.

Objetivo 1.3

Analisar e espacializar os riscos identificados, descrevendo ameaças e vulnerabilidades

ATIVIDADES RECOMENDADAS

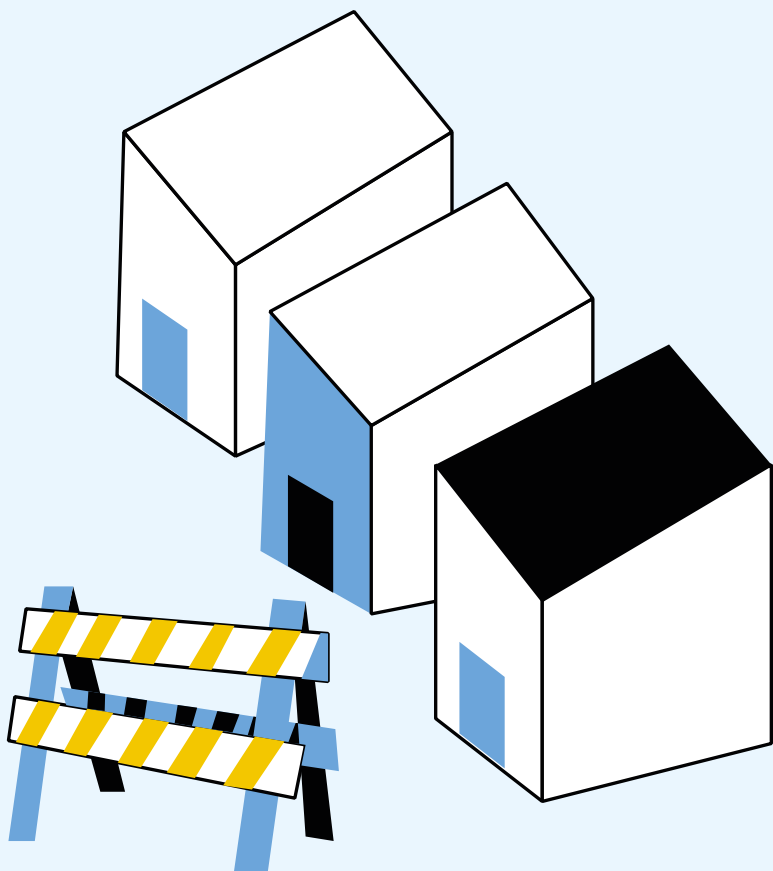
1.3.A – Mapeamento de risco casa a casa, caso a caso

1.3.B – Síntese do mapeamento de risco técnico-comunitário

1.3.C – Assembleia de validação dos mapas de risco

O **Módulo 1** do PCRA deve ser concluído com uma análise técnica e minuciosa dos riscos, fundamentada pelas atividades anteriores. A assessoria técnica precisa compreender os processos perigosos e as vulnerabilidades com base em elementos observáveis, identificando as edificações mais críticas em relação aos riscos. Para que esse diagnóstico seja útil nos Módulos 2 e 3, é essencial trabalhar com uma escala detalhada e que permita o olhar casa a casa, uma vez que abordagens generalistas não fornecem informações suficientes.

Ao analisar as **ameaças**, é necessário caracterizar a magnitude, o alcance e as causas de cada processo. A avaliação das **vulnerabilidades** deve incluir aspectos como as condições físicas da moradia, como rachaduras e trincas ou a acessibilidade a rotas de fuga, e as características dos moradores, como crianças, idosos ou pessoas com deficiência (PcD), bem como a capacidade dos indivíduos e da comunidade de enfrentar os riscos. Essa abordagem detalhada e contextualizada assegura que a análise de riscos seja robusta e oriente efetivamente as etapas subsequentes do PCRA.



ATIVIDADE 1.3.A

MAPEAMENTO DE RISCO CASA A CASA, CASO A CASO

Durante as vistorias de campo, é fundamental que a equipe PCRA converse com os moradores das áreas críticas, buscando compreender tanto o histórico dos eventos anteriores como as carências e as potências que não são visíveis em uma observação passiva.

A investigação em campo das ameaças inclui buscar evidências da magnitude, do alcance e das causas de processos climáticos, geológicos, hidrológicos ou outros. No caso de deslizamentos, por exemplo, alguns aspectos importantes são geologia, pedologia, declividade, presença ou

ausência de vegetação, além de indicadores de instabilidade como cicatrizes, rachaduras no terreno, árvores inclinadas e degraus de abatimento.

O resultado mínimo esperado do mapeamento de risco é uma representação espacial indicando os conjuntos de edificações em cenários de risco com prioridade de ação (alta e média) e a descrição das ameaças, incluindo sua magnitude, alcance e causa, e a identificação de vulnerabilidades. As figuras a seguir são exemplos de representação espacial que podem ser adaptadas para cada realidade:



Imagem oblíqua indicando movimentos de massa e cenários de risco com prioridade de ação alta e média

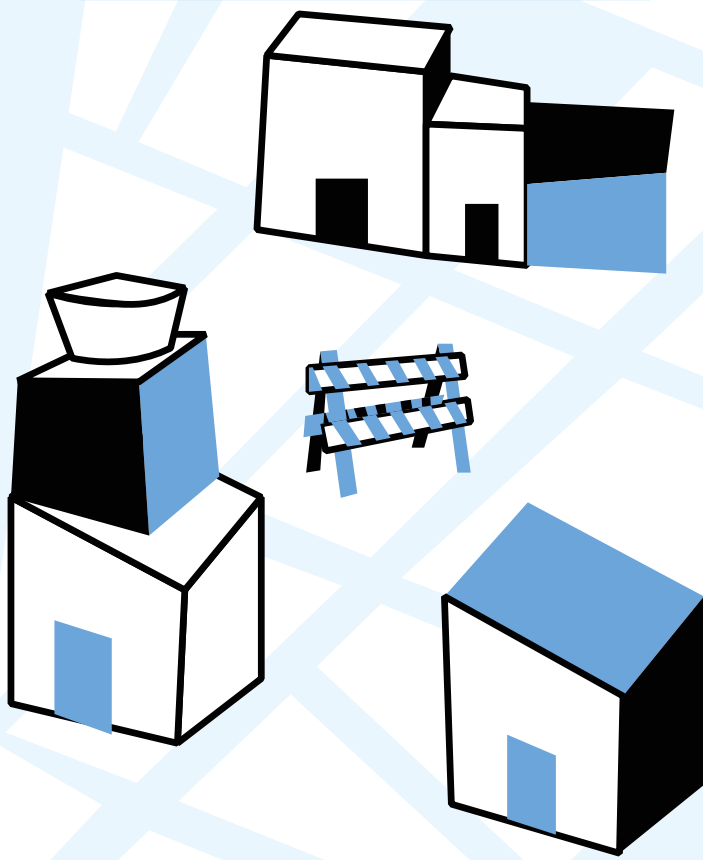


Exemplo de ortofoto
indicando cenário de
risco com prioridade
de ação alta

Caso a equipe técnica encontre dificuldades na leitura técnico-comunitária dos riscos, vale a pena buscar apoio de profissionais especializados em mapeamento de riscos ou em algum tema específico necessário para construir um diagnóstico que sirva às etapas seguintes. Além disso, pode ser importante consultar referências sobre mapeamento de riscos.

ATIVIDADE 1.3.B SÍNTESE DO MAPEAMENTO DE RISCO TÉCNICO-COMUNITÁRIO

O mapa de riscos deve ser pensado não apenas como um produto técnico, mas como um instrumento de informação, comunicação e mobilização comunitária. Ele deve ser acessível a todos os moradores para que se torne também um instrumento de prevenção e de adaptação climática. Por isso, vale investir esforço, criatividade e tecnologia na produção de sínteses dos mapas de risco, integrando a percepção comunitária e a análise técnica.



ATIVIDADE 1.3.C ASSEMBLEIA DE VALIDAÇÃO DOS MAPAS DE RISCO

Em assembleia geral, a comunidade pode validar e apropriar-se das informações sintetizadas nos mapas de risco. Esse pode ser também um momento de formação para sua utilização por todos, tornando a informação mais acessível. Esses encontros devem servir também para planejar formas de ampliação do acesso aos mapas.

Sugere-se produzir **impressões em tamanho grande e de boa qualidade das sínteses do mapeamento de risco** para que possam ser distribuídas e compartilhadas ativamente com e entre moradores. Associações de moradores, cozinhas solidárias e outros espaços coletivos são locais ideais para disponibilização desse material.





EXPERIÊNCIA
INSPIRADORA



PCRA Vila Joaninha



DIADEMA, SÃO PAULO

Este PCRA apresenta um panorama explicativo sobre como **realizar a leitura dos riscos**, considerando o mapeamento como uma coprodução entre a análise técnico-comunitária e a percepção dos moradores acerca dos fenômenos observados no território, em uma escala detalhada, casa a casa.

QUER SABER MAIS?

Acesse o link <https://interativo-mapadasperiferias.cidades.gov.br/nos-perifericos/mural-oportunidades>





PRODUTO 1

PLANO DE TRABALHO VALIDADO COM A COMUNIDADE E MAPEAMENTO DE RISCO

Este produto corresponde aos **módulos Preparatório e 1**. O documento deverá ser entregue até o **terceiro mês** de execução do PCRA, com limite de até 60 páginas, contendo o cronograma e o detalhamento das atividades que orientarão a elaboração do PCRA, além do mapeamento de risco da comunidade. Os seguintes itens devem ser contemplados:

A. Mapeamento dos atores locais

Identificação de igrejas, associações de bairro, movimentos sociais, coletivos comunitários e demais organizações atuantes no território.

B. Mapeamento dos atores institucionais

Levantamento das instituições públicas envolvidas nas temáticas de gestão de riscos e território, tais como Defesa Civil, setores de drenagem urbana, esgotamento sanitário, habitação, obras e infraestrutura.

C. Levantamento de estudos e dados existentes sobre a área

Registro de ocorrências da Defesa Civil, cartas geotécnicas de aptidão e de suscetibilidade, Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), Plano Diretor, Planos de Ação Climática, Planos Municipais de Adaptação Climática e demais documentos técnicos relevantes à temática.

D. Registro dos acordos estabelecidos com a comunidade

Descrição dos acordos, fotos, lista de presença e outros documentos que comprovem a validação da comunidade.

E. Mapeamento de risco

Identificação e descrição das ameaças e vulnerabilidades do território, delimitação espacial dos cenários de risco com prioridade de ação alta e média, estimativa do número de edificações em cada situação de risco e análise das causas.



As reuniões com lideranças de diferentes grupos da comunidade servem para ajustar o plano de trabalho do PCRA e alinhar seu cronograma de execução. Por outro lado, a assembleia comunitária é o momento em que as grandes decisões dos caminhos seguidos pelo plano são formalmente validadas pela comunidade.

O mapeamento de risco está relacionado com a revisão do plano de trabalho, pois a compreensão e caracterização dos problemas enfrentados pela comunidade e suas causas devem direcionar as atividades previstas e a metodologia que será utilizada na execução do PCRA.





MÓDULO 2

Monitoramento e ações antecipatórias

Este módulo explica como começar a usar o conhecimento construído nas atividades anteriores para apoiar a gestão comunitária de riscos. Isso acontece por meio de ações individuais e coletivas no sentido da prevenção, da antecipação aos momentos críticos e da autodefesa territorial.

A equipe PCRA deve aprofundar ainda mais a coprodução de conhecimento e compreender a totalidade dos processos que causam os riscos. Além disso, é preciso identificar quando a contribuição de especialistas externos é necessária para avançar em assuntos específicos do PCRA.

Desde o final da década de 1980, algumas experiências de monitoramento e alerta antecipado foram aplicadas no Brasil, entre elas os Planos Preventivos de Defesa Civil – PPDC, e o Programa Alerta Rio. Mas apenas em 2011, com a criação do CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres, o Brasil começou a construir um sistema nacional de informação e alerta para extremos climáticos. Vale a pena visitar o site e buscar as diversas frentes de informação e pesquisa ali produzidas, em especial, no portal CEMADEN Educação, que pode ser útil aos PCRA.

Uma crítica bastante presente às práticas consolidadas de gestão de riscos e desastres no Brasil e no mundo é que, ao focarem principalmente na configuração do desastre, essas ações ficam restritas ao atendimento pós-desastre, como o socorro às vítimas e a recuperação da área atingida, especialmente a infraestrutura. Embora essa função continue sendo fundamental, especialmente diante da intensificação dos eventos extremos associada à crise climática, torna-se urgente atuar de forma preventiva e antecipatória aos desastres, para reduzir perdas e danos e proteger vidas. Paralelamente, é necessário planejar e implementar estratégias de adaptação climática, que aumentem a resiliência do território e das comunidades frente a diferentes cenários climáticos. Em ambas as situações, ações comunitárias e coletivas ganham especial relevância, fortalecendo capacidades locais de enfrentar riscos presentes e futuros.

PERGUNTAS NORTEADORAS

- A.** Qual é o risco e como ele ocorre?
- B.** Onde ocorre o risco?
- C.** O que fazer?
- D.** Quem irá fazer?

As duas primeiras questões já trabalhamos nos módulos anteriores, ao caracterizar os cenários de risco territoriais, espacializá-los nos mapas de

riscos e aprofundar o entendimento sobre a sua dinâmica e momentos críticos pré-desastre.

Neste módulo do PCRA, através de oficinas participativas, vamos definir os critérios técnicos para a deflagração de ações e medidas antecipatórias no sentido preventivo e adaptativo do território, frente aos riscos identificados e com base no conhecimento acumulado nas atividades. Nesta etapa do PCRA, devem ser identificadas ações que podem ser realizadas localmente e outras que dependem do apoio institucional. O objetivo é construir medidas viáveis para execução local e também criar pressão para que o poder público assuma responsabilidades na prevenção de riscos nas periferias. O processo deve fortalecer o protagonismo local e ampliar a capacidade de diálogo e negociação com o Estado.

Objetivo 2.1

Planejar e implementar ações de monitoramento dos riscos

ATIVIDADES RECOMENDADAS

2.1.A – Oficinas sobre a dinâmica, impactos e limiares críticos das ameaças identificadas no território

2.1.B – Oficinas de implantação dos instrumentos e técnicas de monitoramento para cada setor e ameaça

Ações de monitoramento devem ser elaboradas com participação direta da comunidade, principalmente das famílias mais afetadas e daquelas que vivem próximas aos riscos, como beiras de córregos que alagam, rios que transbordam ou morros com risco de deslizamento. A construção dos limiares críticos deve combinar elementos técnicos com a percepção dos moradores sobre os riscos. É importante considerar também a possibilidade de limiares não numéricos, que permitam aos moradores identificar momentos de perigo real e acionar os protocolos e ações antecipatórias (a serem construídas no objetivo a seguir).

Alguns processos geradores de desastres, como deslizamentos, erosão, solapamento de margens de córregos, inundações e enxurradas, já são parcialmente compreendidos em relação à sua evolução, aos fatores que podem acelerá-los e aos sinais que podem indicar iminência de ruptura ou ocorrência.

No entanto, a leitura territorial pode apontar especificidades, interações entre processos e potenciais impactos. Mesmo com apoio técnico-científico, é necessário construir com a comunidade formas de acompanhar a evolução dos riscos e perceber indicadores de emergência, acidentes ou desastres.

Para ações antecipatórias aos desastres, esta formulação coletiva é muito importante e sua condução precisa ser cuidadosamente planejada e preparada pela assessoria técnica.

ATIVIDADE 2.1.A OFICINAS SOBRE A DINÂMICA, IMPACTOS E LIMIARES CRÍTICOS DAS AMEAÇAS IDENTIFICADAS NO TERRITÓRIO

Formação sobre os processos causadores dos riscos e estabelecimento conjunto dos limiares críticos.

ATIVIDADE 2.1.B OFICINAS DE IMPLANTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE MONITORAMENTO PARA CADA SETOR E AMEAÇA

Exemplos de instrumentos a serem implantados em oficinas: régua para monitoramento do nível do rio, pluviômetro, termômetros em áreas suscetíveis a altas temperaturas, fissurômetros para áreas suscetíveis a movimentos de massa, entre outros.



Objetivo 2.2 _____

Construir procedimento para ações antecipatórias comunitárias e solidárias durante eventos extremos (emergência)

ATIVIDADES RECOMENDADAS

2.2.A - Oficina com agentes territoriais para definir potências e necessidades nas situações de crise e emergência

2.2.B - Oficinas focais com membros do NUTAC para definir atribuições do monitoramento, alerta e procedimentos

2.2.C - Assembleia geral de pactuação dos procedimentos comunitários nas situações de emergência

2.2.D - Ações táticas e comunicação popular para viabilizar os procedimentos antecipatórios

A partir dos limiares e instrumentos de monitoramento definidos e instalados no objetivo anterior, este momento volta-se para as ações e protocolos que devem ser acionados quando um limiar crítico for atingido. Trata-se de uma etapa de aprofundamento e formação, envolvendo toda a equipe PCRA e os moradores. Para enriquecer as discussões, recomenda-se buscar as melhores contribuições técnicas possíveis, trazendo conhecimentos científicos que dialoguem com a realidade local.

Para essas conversas, vale a pena convidar agentes públicos e parceiros, como a defesa civil, agentes comunitários de saúde ou mesmo atores importantes da vizinhança que possam propor reflexões e soluções conjuntas. As parcerias podem ter diferentes objetivos, desde a realização de oficinas de elaboração de protocolos de emergência com a defesa civil até a articulação com responsáveis por igrejas, associações ou outros espaços que possam ser utilizados como abrigos temporários em momentos de crise.

No **Objetivo 2.2**, é central que a equipe PCRA fomente práticas solidárias entre os moradores nos momentos de emergência. As responsabilidades nos momentos de crise devem ser acordadas entre todos os envolvidos, de modo que, em uma situação de risco, cada morador saiba o que deve fazer para evitar um desastre. Para que isso seja possível, é fundamental construir papéis e responsabilidades coletivas, distribuídos

proporcionalmente ao envolvimento e ao interesse dos moradores em compor o NUTAC.

A participação na elaboração das ações antecipatórias e na construção dos protocolos faz

parte do processo de envolvimento dos moradores no NUTAC. Esse planejamento deve partir dos levantamentos de vulnerabilidades realizados no Módulo 1, garantindo apoio específico às famílias mais suscetíveis.

ATIVIDADE 2.2.A OFICINA COM AGENTES TERRITORIAIS PARA DEFINIR POTÊNCIAS E NECESSIDADES NAS SITUAÇÕES DE CRISE E EMERGÊNCIA

Essa oficina deve ser realizada a partir da leitura do risco e da análise “casa a casa” e deve listar:

- Famílias mais vulneráveis: casas em maior risco, presença de pessoas idosas ou com dificuldade de locomoção, mães solo com crianças etc.
- Potenciais locais de abrigo temporário que possam ser articulados dentro ou no entorno da comunidade, como igrejas, escolas, quadras cobertas etc. Estes abrigos podem ser acionados apenas durante os momentos de crise, como chuvas fortes, ou podem ser articulados com a Defesa Civil e a Prefeitura para que o funcionamento seja garantido no período pós desastre.
- Propostas de caminhos seguros para moradores de cada porção vulnerável do território utilizarem para chegar nos locais de abrigo temporário.

ATIVIDADE 2.2.B OFICINAS FOCAIS COM MEMBROS DO NUTAC PARA DEFINIR ATRIBUIÇÕES DO MONITORAMENTO, ALERTA E PROCEDIMENTOS

Essas atividades devem ser realizadas de forma direcionada a cada setor de risco e junto aos moradores da respectiva área para:

- Validar a leitura de vulnerabilidades e potencialidades elaborada na atividade anterior com os moradores da área.
- Elaborar em conjunto os procedimentos a serem adotados pelos moradores em caso de situações críticas.
- Atribuição de papéis e responsabilidades solidárias dos agentes territoriais e outros moradores membros do NUTAC: vizinhos responsáveis por apoiar cada família vulnerável, responsáveis pelo monitoramento e alerta, definição de caminhos seguros que podem ser utilizados.

ATIVIDADE 2.2.C

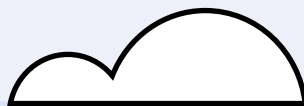
ASSEMBLEIA GERAL DE PACTUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS COMUNITÁRIOS NAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Pactuação com o conjunto da comunidade de cada ação de monitoramento e protocolo construído para os diferentes setores de risco e conjunto de famílias. Importante que a assembleia também estimule a participação solidária de pessoas que não estão em maior risco, mas que podem colaborar em momentos de crise, apoiando a gestão de abrigos temporários, cozinhas solidárias, campanhas de arrecadação e outras ações necessárias.

ATIVIDADE 2.2.D

AÇÕES TÁTICAS E DIVULGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS COMUNITÁRIOS

Alguns exemplos de ações táticas que possibilitem os procedimentos antecipatórios são: a melhoria e sinalização de caminhos seguros, mutirões de revitalização de áreas de risco degradadas, como a limpeza de margens de córregos. Destaca-se que os procedimentos antecipatórios devem ser amplamente divulgados na comunidade para que tenham efeito prático nas situações de emergências.





PRODUTO 2

PROCEDIMENTOS PARA MONITORAMENTO E AÇÕES ANTECIPATÓRIAS

Este produto corresponde ao **módulo 2**. O relatório deverá ser entregue até o quinto mês de execução do PCRA, com limite de até 40 páginas, com o objetivo de apresentar os **procedimentos comunitários de monitoramento e ações antecipatórias**, conforme conteúdo sugerido nos itens A e B.

A. Procedimentos de monitoramento e ações antecipatórias comunitárias e solidárias nos eventos extremos (emergência)

Descrição das responsabilidades de monitoramento, definição de limiares críticos, estabelecimento de fluxo de comunicação, detalhamento das ações antecipatórias com os atores envolvidos e registro da pactuação com moradores.

B. Ações táticas para viabilizar os procedimentos comunitários nas situações de emergência

Descrição das ações táticas que viabilizem os procedimentos pactuados com a comunidade. Por exemplo, a instalação de pluviômetro comunitário, implantação de régua de monitoramento em curso d'água, limpeza e melhoria de caminhos seguros.







EXPERIÊNCIA
INSPIRADORA

Laboratório Urbano do Barrio 20

📍 ARGENTINA

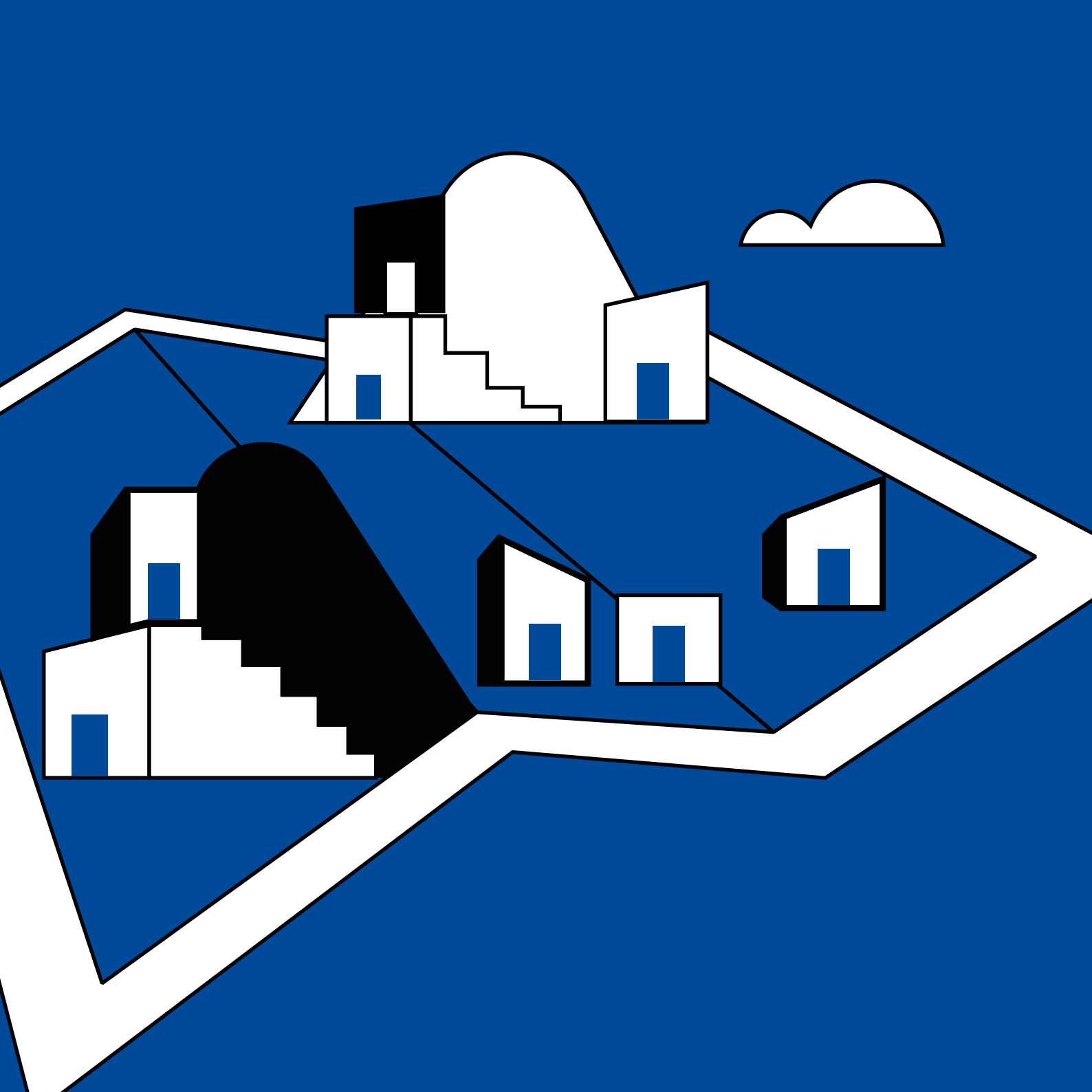
O Laboratório Urbano do Barrio 20 e o IIED-América Latina, em parceria com organizações locais e internacionais, desenvolveram ferramentas práticas para enfrentar ondas de calor e inundações em bairros periféricos. Entre elas estão o “Manual para Adaptação Climática em Bairros Populares” que reúne medidas acessíveis para autoconstrutores, com soluções baseadas na natureza, como telhados verdes, jardins verticais e vegetação em espaços públicos, além de

melhorias nas habitações, como ventilação e isolamento térmico. O manual é pioneiro por oferecer referências de adaptação climática de e para territórios vulneráveis, reunindo saber técnico, tradicional e comunitário. Também orienta a criação de laboratórios urbanos e o uso de ciência cidadã, com sensores de baixo custo para medir temperatura e umidade para monitorar riscos, fortalecendo sistemas locais de alerta precoce e o planejamento comunitário.

QUER SABER MAIS?

Acesse o link ↗

https://www.iied-al.org.ar/_files/ugd/76f3e4_c42b4c059e524af3b04a47c70467d071.pdf?index=true



MÓDULO 3

Concepção de medidas estruturais e não estruturais de adaptação aos riscos climáticos

O **Módulo 3** tem como objetivo **identificar, conceber e definir, junto à comunidade, as medidas e obras capazes de prevenção, preparação, resposta e recuperação a riscos de desastres**. Para isso, as Soluções Baseadas na Natureza (SBN) nas Periferias recebem destaque como alternativa sustentável e com múltiplos benefícios para as comunidades periféricas.

As SBN são tecnologias apoiadas e inspiradas nos elementos, estruturas e funções da natureza, que contribuem para a adaptação inclusiva das periferias urbanas às mudanças climáticas, proporcionando benefícios

diretos e indiretos, não apenas para os ecossistemas, mas também, e sobretudo, para as famílias, favelas e comunidades urbanas envolvidas.

A partir do mapeamento dos riscos, potencialidades e vulnerabilidades já realizado, será possível discutir com a comunidade quais são as principais **medidas estruturais e medidas não estruturais** — desde aquelas mais simples e pontuais, que podem ser conduzidas pelos próprios moradores, até aquelas de maior complexidade e que exigem apoio institucional dos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais.

A diferenciação por complexidade evidencia não apenas o nível de esforço técnico e financeiro envolvido, mas também a escala de articulação institucional necessária e o papel de cada ator social na construção da segurança e resiliência em diferentes contextos territoriais.

É importante ter em vista que algumas medidas propostas nesta etapa poderão ser **executadas durante a realização do Módulo 4 – Oficinas sociotécnicas de capacitação comunitária**, sobretudo aquelas medidas de baixa complexidade que possam ser executadas com os recursos disponíveis para a capacitação técnica e comunitária.

As **oficinas sociotécnicas** configuram-se como ações práticas de capacitação, precedidas por processos de planejamento participativos e didático-territorializados. Têm como fundamento a integração entre saberes técnico-científicos e conhecimentos locais-comunitários, sendo voltadas à formação técnica de profissionais das áreas de meio ambiente e construção civil, tais como serventes, pedreiros, mestres de obra, técnicos, tecnólogos, engenheiros e arquitetos urbanistas.

EXEMPLOS DE OFICINAS SOCIOTÉCNICAS INCLUEM:

- Capacitação em Soluções Baseadas na Natureza (SBN) para instalação das iniciativas elaboradas no Módulo 3, como jardins de chuva, revitalização de praças com solo permeável e construção de muretas ou valas para mitigação de problemas de drenagem;
- Formação prática com roteiro passo a passo para a criação e organização de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC).

MEDIDAS NÃO ESTRUTURAIS

As medidas não estruturais são aquelas que reduzem a vulnerabilidade das pessoas e edificações, atuando principalmente sobre os processos e componentes sociais. No PCRA, diferenciam-se das medidas estruturais porque não estão centradas nas obras, técnicas e

tecnologias de engenharia, ainda que estas possam ser incorporadas de forma complementar. Em geral, são medidas de alcance mais amplo e difuso, alcançando diferentes territórios e populações, não ficando restritas a um setor específico de risco.

NÍVEIS DE COMPLEXIDADE

BAIXA COMPLEXIDADE

São ações mais simples, de baixo custo e fácil execução, que podem ser realizadas diretamente por comunidades, escolas, organizações sociais e governos locais, muitas vezes com resultados imediatos.

EXEMPLOS INCLUEM

campanhas de sensibilização, treinamentos básicos de evacuação, educação ambiental, simulados de emergência, produção e difusão de materiais educativos sobre riscos e medidas de autoproteção.

MÉDIA COMPLEXIDADE

Compreendem ações de porte intermediário, que necessitam de algum grau de coordenação institucional e de apoio técnico especializado, mas que podem ser implementadas por governos locais ou regionais com menor mobilização de recursos.

EXEMPLOS INCLUEM

Elaboração de planos municipais de redução de risco, regulamentações específicas (como códigos de obras e posturas), capacitação de técnicos municipais, implantação de núcleos comunitários de proteção e defesa civil.

ALTA COMPLEXIDADE

Envolvem arranjos institucionais amplos, alterações legais ou regulatórias e estratégias integradas de planejamento territorial. Demandam grande articulação política, técnica e administrativa, além de prazos mais longos para serem consolidadas.

EXEMPLOS INCLUEM

Planos diretores com integração da gestão de risco, marcos legais para uso e ocupação do solo, sistemas nacionais ou estaduais de monitoramento e alerta de desastres, políticas públicas intersetoriais de adaptação climática.

SUGESTÕES DE MEDIDAS NÃO ESTRUTURAIS PARA AS OFICINAS SOCIOTÉCNICAS DOS PCRA

Seguindo a lógica de **medidas não estruturais de baixa complexidade**, que podem ser executadas com participação comunitária com enfoque em **monitoramento e ações antecipatórias**,

as oficinas sociotécnicas devem ter enfoque na formação e capacitação das lideranças comunitárias e de moradores de setores de risco para fortalecer a cultura de prevenção, preparação e resposta.

• REFÚGIO CLIMÁTICO

Espaço comunitário adaptado, sombreado e climatizado para receber a população em momentos de calor intenso

• CENTRAL DE ALERTA COMUNITÁRIO

Sistema organizado de monitoramento e comunicação dos riscos centralizado em um espaço físico ou grupo de pessoas

• CAMINHOS SEGUROS

Planejamento e adequação de rotas de fuga em situação de emergência que não exijam implantação de obras de infraestrutura de mobilidade

• TREINAMENTO E SIMULADOS

Medidas de treinamento dos procedimentos antecipatórios para preparar a capacidade de respostas nas comunidades em situação de riscos

MEDIDAS ESTRUTURAIS

As medidas estruturais são aquelas que têm como finalidade principal reduzir ou prevenir os impactos decorrentes de ameaças, atuando diretamente na origem ou na propagação de processos físicos, geológicos e hidrológicos. Essas ações envolvem a execução de obras ou a aplicação de técnicas e tecnologias de

engenharia, visando aumentar a resistência e a resiliência de estruturas ou sistemas frente a essas ameaças. No âmbito dos PCRA, as medidas de baixa complexidade, eventualmente de média, poderão ser objeto das oficinas sociotécnicas, enquanto as de alta complexidade deverão compor o Plano Local de Reivindicações.

NÍVEIS DE COMPLEXIDADE

BAIXA COMPLEXIDADE

São aquelas consideradas de implantação muito simples, que não demandam grande detalhamento de projeto, menor porte, custo reduzido e execução relativamente rápida, podendo ser realizadas com forte participação comunitária. Não exigem tecnologia sofisticada, mas podem ter grande impacto preventivo se articuladas a outras medidas.

EXEMPLOS INCLUEM

Limpeza e manutenção periódica de valas e bueiros, pequenas intervenções de drenagem superficial, implantação de calhas ou canaletas, recuperação de encostas com técnicas de bioengenharia e proteção de margens com vegetação.

MÉDIA COMPLEXIDADE

São aquelas que podem se concretizar rapidamente, que demandam projetos simples e pouco detalhados, mas que envolvem maior articulação entre os próprios moradores ou entre demais sujeitos envolvidos no assunto, como, por exemplo, com o governo local ou com as empresas concessionárias de algum serviço público.

EXEMPLOS INCLUEM

Implantação de galerias pluviais, pavimentação com drenagem adequada, taludes estabilizados, pequenas bacias de retenção e muros de arrimo em escala comunitária.

ALTA COMPLEXIDADE

Exigem grande investimento financeiro, tecnologia avançada, estudos especializados e prazos mais longos para sua concepção e execução. Geralmente demandam coordenação entre diferentes esferas de governo e forte capacidade institucional.

EXEMPLOS INCLUEM

Construção de barragens, obras de drenagem de grande porte, canalização de rios ou a implantação de diques, muros de flexão, solo grampeado, cortina atirantada, entre outras.

SUGESTÕES DE MEDIDAS ESTRUTURAIS PARA AS OFICINAS SOCIOTÉCNICAS DOS PCRA

Seguindo a lógica de **obras de baixa complexidade**, que podem ser executadas com participação comunitária e prioridade para **Soluções Baseadas na Natureza (SBN)**, as oficinas sociotécnicas devem ter como

enfoque a formação e capacitação de moradores e profissionais da construção civil em obras para redução dos riscos identificados na comunidade.

• CONTENÇÃO DE ENCOSTAS

Pequenas obras e reforços para estabilizar taludes, prevenir deslizamentos e controlar erosões, como o uso de técnicas de bioengenharia, muros de arrimo comunitários e plantio de vegetação adequada

• MELHORIAS HABITACIONAIS

Intervenções pontuais em moradias para reduzir riscos, como reforço de fundações, instalação de calhas, drenagem ao redor das casas e adequação de estruturas edilícias

• MANEJO DE ÁGUA PLUVIAL

Implantação ou melhoria de canaletas, valas, caixas de captação e pequenas bacias de retenção, jardins de chuva visando manejar a água de chuva de forma segura e reduzir alagamentos

• MELHORIAS URBANÍSTICAS

Ações simples que qualificam o espaço público e reduzem riscos, como pavimentação comunitária, escadarias drenantes, pequenas praças com áreas permeáveis e iluminação local

• URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

Intervenções de menor porte que organizam o território, como abertura de vielas para circulação, criação de pontos de encontro seguros e instalação de infraestrutura básica (água, esgoto e coleta de lixo)

• CAMINHOS SEGUROS

Melhorias em rotas de mobilidade para situações de emergência, como abertura

ou alargamento de passagens, instalação de corrimãos, degraus drenantes e sinalização de rotas de fuga

• MANUTENÇÃO URBANA

Ações regulares e comunitárias de cuidado com o espaço, como limpeza de bueiros, remoção de resíduos em encostas e córregos, recuperação de áreas degradadas e manutenção de pequenas obras já existentes

Objetivo 3.1

Construir com a comunidade um acervo de propostas de medidas adaptativas para os riscos e desastres

ATIVIDADES RECOMENDADAS

3.1.A - Oficinas de planejamento para construção de hipóteses de medidas adaptativas

3.1.B - Investigação e validação das hipóteses de intervenções em campo

3.1.C - Sistematização das investigações de campo e das propostas coletivas de intervenção

O processo colaborativo de definição de obras, melhorias urbanas e medidas de prevenção de risco traz consigo um desafio importante: articular diferentes formas de conhecimento. As comunidades carregam saberes populares fundamentais sobre os processos que as afetam, enquanto técnicos e especialistas podem contribuir com outras referências para o enfrentamento dos riscos.

O desafio está em criar uma linguagem comum, que permita a todos debater as alternativas e construir coletivamente **medidas estruturais e não estruturais** que façam sentido para a realidade vivida. O diálogo fortalece a legitimidade e eficácia das proposições do PCRA.

ATIVIDADE 3.1.A

OFICINAS DE PLANEJAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES DE MEDIDAS ADAPTATIVAS

Essa atividade é o momento de levantar, junto com a comunidade, as hipóteses sobre quais alternativas de obras ou medidas não estruturais podem trazer maior segurança e resiliência aos setores de risco mapeados.

Neste momento, ainda não há elementos detalhados de projetos nem análises de viabilidade técnica, financeira ou social. Será adequado que a equipe PCRA levante as características de cada alternativa de intervenção — especialmente no que diz respeito a uma avaliação preliminar de complexidade, custos e prazos envolvidos, bem como das principais dificuldades e

conflitos associadas à concretização de cada proposta.

É também uma oportunidade para reconhecer iniciativas já realizadas pela própria comunidade, valorizando as soluções locais existentes e refletindo coletivamente sobre ações que, mesmo sem intenção, possam agravar a situação de risco. Dessa forma, o processo ajuda a construir um entendimento compartilhado sobre os motivos que levaram à sua adoção, como elas influenciam os processos de risco e que alternativas são viáveis.

ATIVIDADE 3.1.B

INVESTIGAÇÃO E VALIDAÇÃO DAS HIPÓTESES DE INTERVENÇÕES EM CAMPO

Somente em campo é possível avaliar a efetiva viabilidade de implementação de algumas alternativas de obras e medidas de melhorias. Por meio da observação direta é possível confirmar, ajustar ou descartar alternativas de intervenções. O objetivo é suprir lacunas na compreensão das causas e fatores desencadeantes dos riscos,

validando as medidas estruturais e não estruturais listadas.

Essas soluções devem surgir da interação dos saberes técnicos e comunitários. Elas devem ser capazes de atuar sobre as causas do problema e de bloquear ou retardar os fatores desencadeantes de risco.

ATIVIDADE 3.1.C

SISTEMATIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES DE CAMPO E DAS PROPOSTAS COLETIVAS DE INTERVENÇÃO

Após o trabalho em campo, o material coletado deve ser organizado, transcrito para mapas e sobrepostos à espacialização dos riscos identificados. Esse processo de síntese permite avançar na definição dos tipos de intervenção que podem efetivamente melhorar a segurança da comunidade e do seu grau de complexidade.

A sistematização deve agregar ao mapeamento das causalidades dos riscos um inventário das possíveis soluções, acompanhado de

uma avaliação das dificuldades associadas à execução dessas medidas.

O produto desta atividade é, ao mesmo tempo, um instrumento técnico e uma ferramenta de comunicação com a comunidade, que poderá utilizá-lo como base para suas reivindicações, negociações ou até para a execução das intervenções. É fundamental investir na simplicidade de representação para que este possa ser um instrumento efetivo de comunicação com a população.

Objetivo 3.2 _____

Organizar um plano de ação local para intervenções de menor complexidade

ATIVIDADES RECOMENDADAS

3.2.A - Oficina de classificação das intervenções de acordo com sua complexidade, custo e viabilidade de execução pela comunidade

3.2.B - Produção dos projetos e estimativa de custos para as oficinas sociotécnicas

3.2.C - Assembleia para definição das oficinas sociotécnicas

O plano de ação local para intervenções de menor complexidade tem a função de organizar as medidas que poderão ser trabalhadas em oficinas sociotécnicas de capacitação comunitária

ATIVIDADE 3.2.A

OFICINA DE CLASSIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE ACORDO COM SUA COMPLEXIDADE, CUSTO E VIABILIDADE DE EXECUÇÃO PELA COMUNIDADE

Nesta atividade, a equipe PCRA e os moradores se reúnem em oficina participativa para analisar as propostas de medidas estruturais e não estruturais levantadas anteriormente, classificando-as conforme o grau de complexidade, o custo estimado e a possibilidade de execução direta pela própria comunidade. O objetivo é construir coletivamente um entendimento sobre quais intervenções podem ser priorizadas de forma imediata e quais dependem de apoio institucional, facilitando a organização do plano de ação local.

(**Módulo 4**). Destaca-se que a interação entre equipe PCRA e moradores da comunidade deve ser fomentada para submeter as propostas levantadas ao crivo popular.

ATIVIDADE 3.2.B

PRODUÇÃO DOS PROJETOS E ESTIMATIVA DE CUSTOS PARA AS OFICINAS SOCIOTÉCNICAS

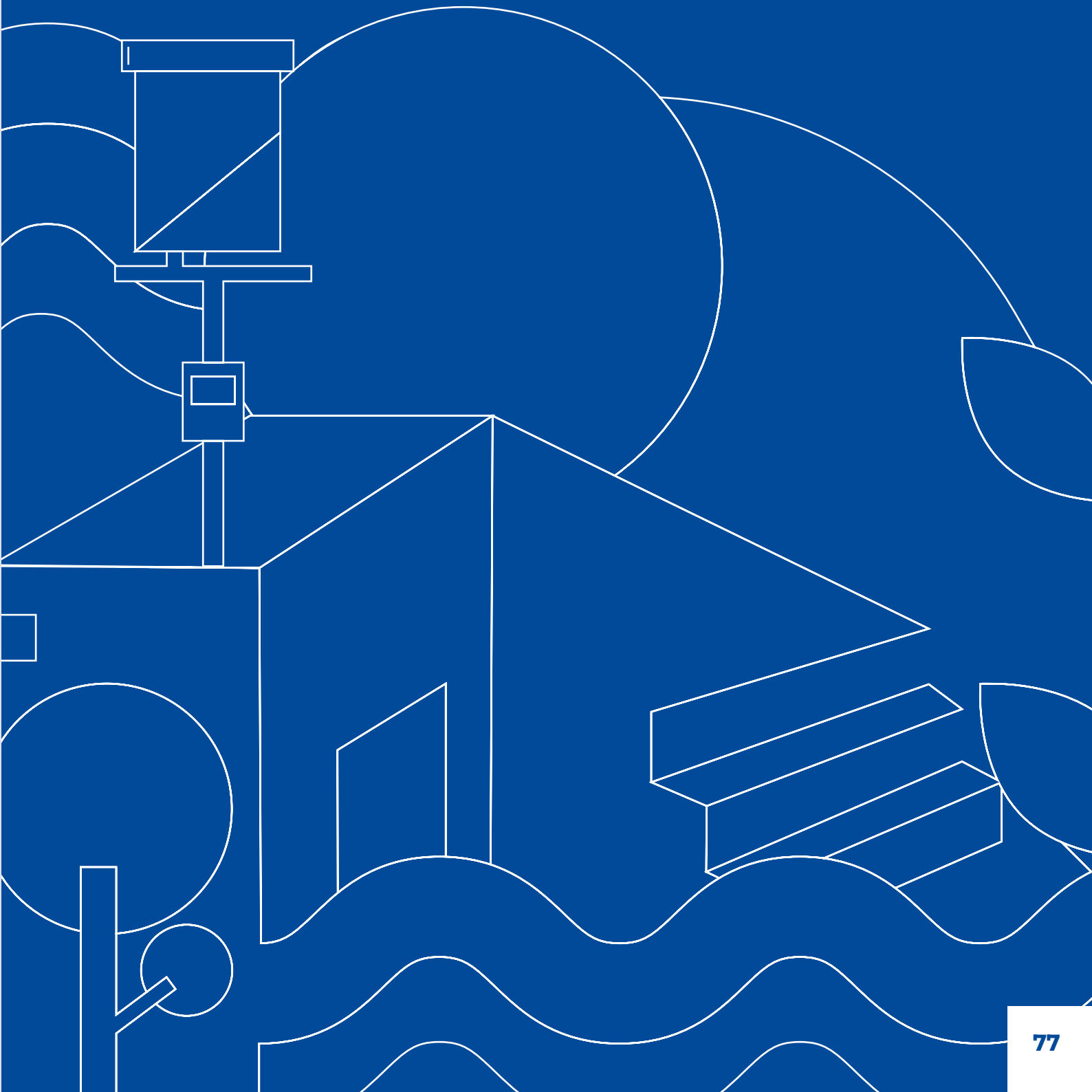
Com base nas definições construídas nas oficinas, a assessoria técnica realiza a sistematização das propostas priorizadas, elaborando projetos simplificados, croquis, memoriais descritivos e planilhas de custos. Este trabalho fornece as bases para a execução das oficinas sociotécnicas. A síntese permite que os moradores tenham clareza sobre os recursos, materiais e esforços envolvidos, além de oferecer transparência sobre a viabilidade prática das intervenções.

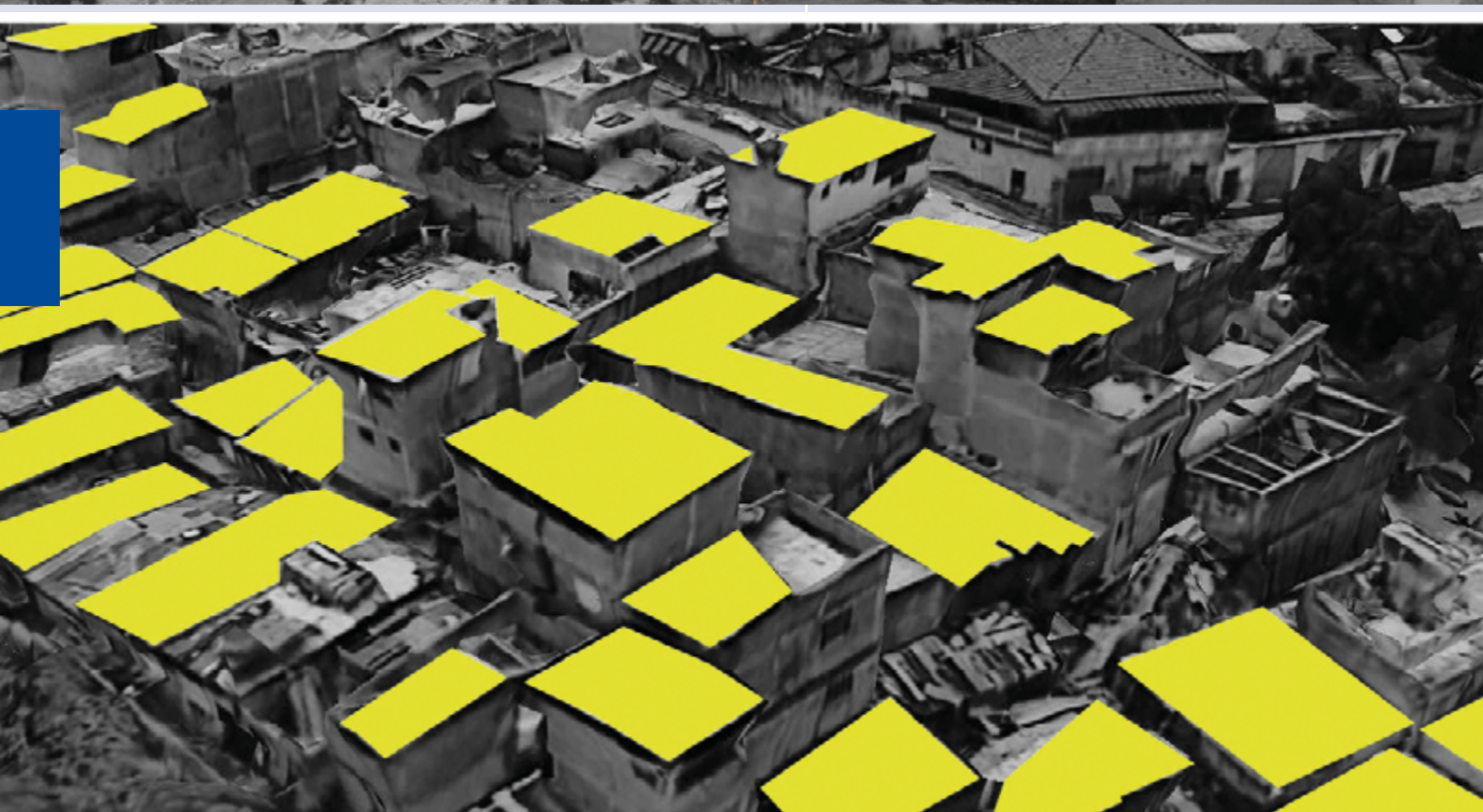
ATIVIDADE 3.2.C

ASSEMBLEIA PARA DEFINIÇÃO DAS OFICINAS SOCIOTÉCNICAS

A assembleia comunitária representa o momento de deliberação coletiva, em que os moradores validam os projetos e definem conjuntamente quais oficinas sociotécnicas serão executadas. Essa atividade é essencial para garantir que as intervenções escolhidas estejam alinhadas às prioridades locais,

fortaleçam a confiança entre comunidade e equipe PCRA e consolidam o compromisso conjunto na implementação das medidas. A assembleia também serve como espaço para organizar responsabilidades, cronogramas e a mobilização de participantes para as etapas seguintes do PCRA.







EXPERIÊNCIA
INSPIRADORA

PCRA Vira-Lata

📍 SÃO PAULO

Este PCRA apresenta um panorama explicativo sobre a concepção de medidas de melhoria ambiental e urbana, a partir do levantamento realizado casa a casa e caso a caso. Entre as propostas estão: pintura de telhados e instalação de coberturas em telha de fibrocimento para enfrentamento do calor extremo; implantação de postes de iluminação em vielas; instalação de corrimãos; implementação de redes oficiais de água e esgoto; aplicação de pisos drenantes e antiderrapantes, estabilização de muro de arrimo; entre outras ações.



QUER SABER MAIS?

Acesse o link →
Nós periféricos
(mural de oportunidades)
<https://interativo-mapadasperiferias.cidades.gov.br/nos-perifericos/mural-oportunidades>





EXPERIÊNCIA
INSPIRADORA



Projeto de Adaptação de Ativos às Mudanças Climáticas em bairros populares de Tegucigalpa

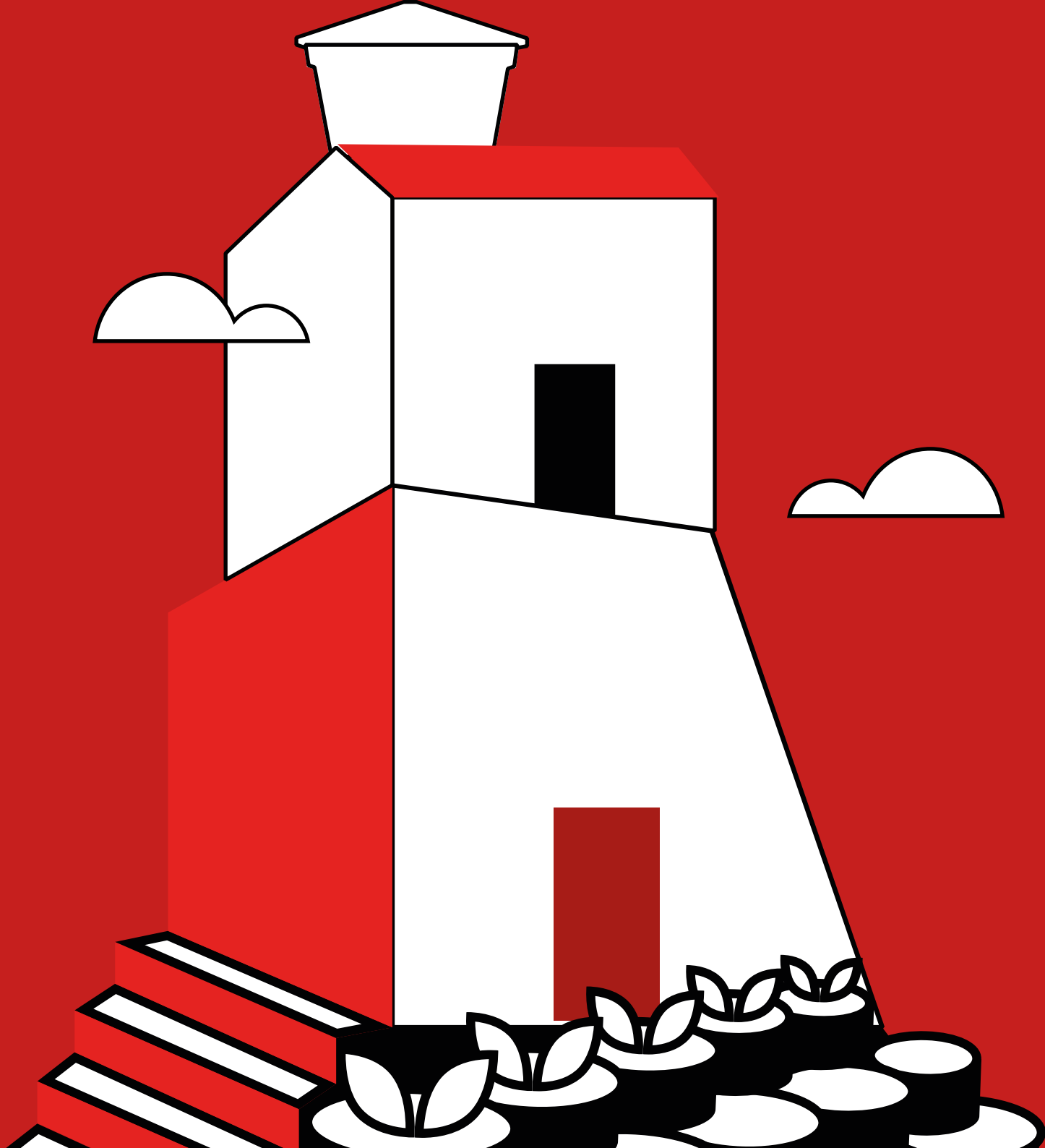
📍 HONDURAS

Por vezes, as **percepções locais sobre riscos climáticos** desafiam convenções. Para os moradores de Los Pinos e Villa Nueva, não são os grandes desastres associados a eventos climáticos extremos, como furacões e enchentes, que mais impactam seu cotidiano. Ondas de calor, secas prolongadas, chuvas intensas de curta duração e a poeira trazida pelos ventos fortes – por serem eventos recorrentes e menos visíveis – vão minando pouco a pouco o bem-estar das famílias, seus lares, pequenos negócios e recursos coletivos. Através de um planejamento participativo, os moradores mapearam esses riscos e desenvolveram **estratégias de adaptação climática**, como a construção de sistemas domésticos de captação de água de chuva e reservatórios comunitários, além de mutirões de limpeza e campanhas preventivas de saúde. Muitas dessas ações partiram do reconhecimento e fortalecimento de práticas e recursos existentes na comunidade.

QUER SABER MAIS?

Acesse o link →

<https://www.iied.org/pt-br/tegucigalpa-da-adaptacao-mudancas-climaticas-e-estrategias-de-mitigacao-em-comunidades-urbanas>



MÓDULO 4

Oficinas sociotécnicas

Após a identificação, no Módulo 3, dos temas mais urgentes a serem trabalhados por meio de iniciativas de baixa complexidade envolvendo a população, o **Módulo 4** se configura como uma **etapa prática e formativa**. Seu principal **objetivo é realizar um ciclo de oficinas formativas comunitárias** para implantar iniciativas de baixa complexidade relacionadas ao **monitoramento, ações antecipatórias, redução de riscos e reforço da resiliência** dos territórios.

Estas oficinas devem tanto promover transformações concretas quanto fortalecer a capacidade comunitária de responder de forma solidária às necessidades de seu contexto.

Objetivo 4.1

Organizar um plano de ação local para intervenções de menor complexidade

ATIVIDADES RECOMENDADAS

4.1.A - Definição dos aspectos técnicos das oficinas sociotécnicas

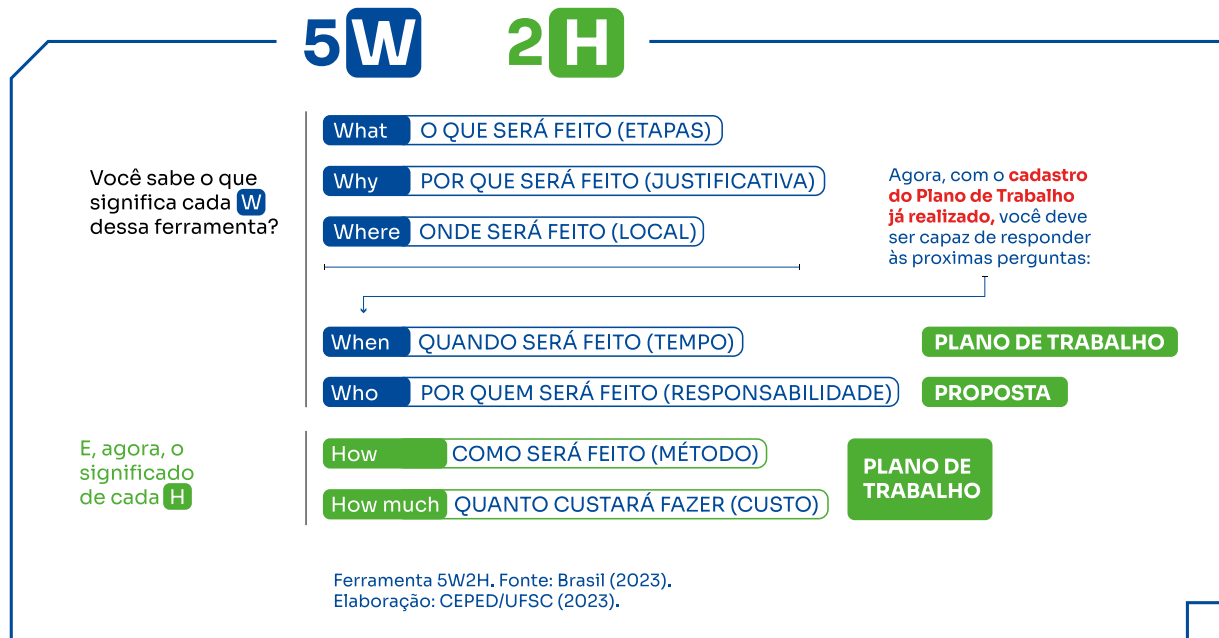
4.1.B - Reunião com agentes territoriais para definir metodologia e cronograma de execução das oficinas sociotécnicas

4.1.C - Execução das oficinas sociotécnicas

DEFINIÇÃO DOS ASPECTOS TÉCNICOS DAS OFICINAS SOCIOTÉCNICAS

O trabalho de escritório da assessoria técnica, anterior à reunião com agentes comunitários, precisará definir os aspectos técnicos essenciais para a realização das oficinas.

Uma ferramenta útil para organizar essas informações é o método 5W2H, que ajuda a planejar respondendo perguntas básicas sobre o quê, quem, quando, onde, por quê, como e quanto.



Nesta atividade, deve-se detalhar as medidas estruturais e não estruturais, seu dimensionamento e tipologias, processos

construtivos, cronograma geral e de cada oficina, e a lista de materiais com quantidades e preços.

ATIVIDADE 4.1.B

REUNIÃO COM AGENTES TERRITORIAIS PARA DEFINIR METODOLOGIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS OFICINAS SOCIOTÉCNICAS

Legitimadas as propostas feitas em escritório com os agentes territoriais, é hora de definir coletivamente o formato mais adequado das oficinas: a sua duração, os métodos participativos e as funções de cada um, sempre considerando os perfis dos participantes e os riscos identificados. Deve-se organizar um cronograma com horários compatíveis com a disponibilidade de participação dos moradores do local.

CAPACITAÇÃO E REPLICABILIDADE

As atividades práticas devem promover a capacitação dos moradores para que as ações possam ser replicadas em outros momentos e locais pela própria comunidade.

- Quando será feito?
- Quanto tempo levará para ser feito
- Por quem será feito?
- Como será feito?
- Quanto custará fazer (custo estimado da força de trabalho)?
- Como será realizada a manutenção pós-implementação?

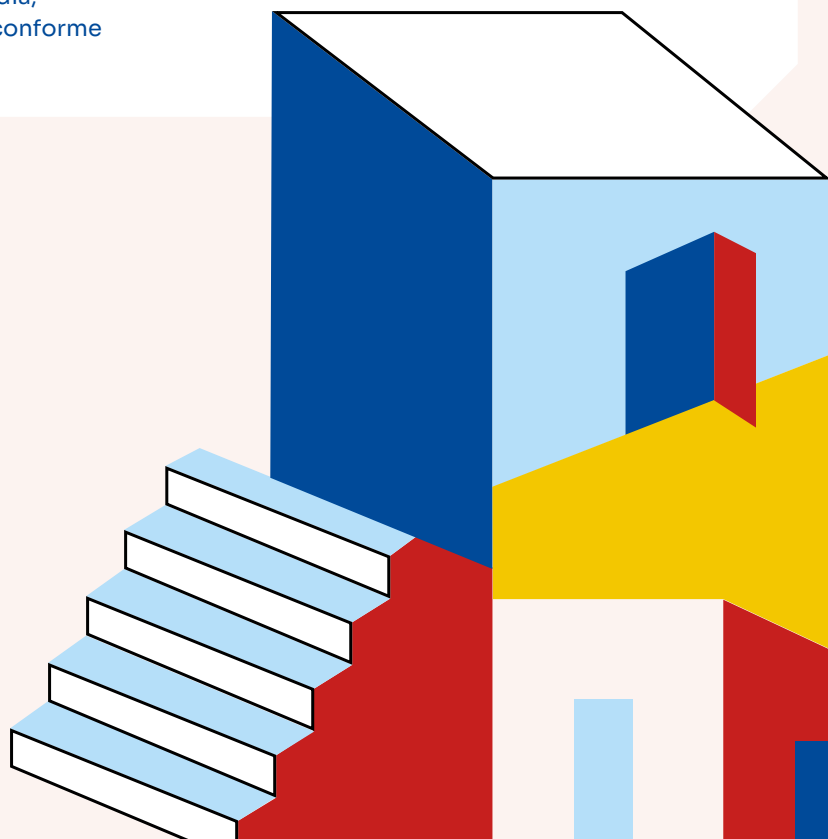


ATIVIDADE 4.1.C EXECUÇÃO DAS OFICINAS SOCIOTÉCNICAS

A oficina sociotécnica é o momento para colocar em prática o desejo coletivo da comunidade, exatamente por isso é fundamental que sua metodologia permita o protagonismo e participação ativa dos moradores.

Ainda que a ênfase da oficina seja na participação formativa dos moradores, é desejável a contratação de profissionais experientes para apoiar as oficinas em jardinagem, construção civil e outras especialidades a depender da natureza da oficina proposta. A intervenção proposta pela oficina não precisa acontecer toda no mesmo dia, poderá ocorrer em etapas sequências conforme definidas no planejamento.

Em atividades de mutirão é sugerido o pagamento de ajuda de custo para os moradores envolvidos, reforçando o compromisso do projeto com a inclusão de pessoas socioeconomicamente vulneráveis. A ajuda de custo é uma contrapartida importante do projeto às populações já impactadas pela desigualdade social.









EXPERIÊNCIA
INSPIRADORA

SBN Ilhéus

 BAHIA

Esta iniciativa configura-se como uma boa prática de oficina sociotécnica, baseada em soluções inspiradas na natureza, que promove a educação ambiental e incentiva o cuidado com o território por meio de gincanas e diversas atividades lúdicas e ecológicas. Entre as ações realizadas, destacam-se o tratamento da encosta, a coleta de resíduos sólidos e garrafas PET para reutilização, a construção de jardins com materiais recicláveis, a elaboração de desenhos com propostas de revitalização do bairro, entre outras.

QUER SABER MAIS?

Acesse o link 
http://instagram.com/ilheus_pmrr







EXPERIÊNCIA
INSPIRADORA



Planos de contingência para reduzir riscos em bairros populares de El Alto

📍 BOLÍVIA

A Red Hábitat desenvolve, junto a territórios periféricos de El Alto (Bolívia), ações para reduzir riscos de desastres. Entre elas estão a criação de mapas multiriscos, a formação de agentes comunitários de risco ambiental, a organização de comitês de prevenção e a elaboração de planos de contingência. Essas iniciativas fortalecem a participação popular e a corresponsabilidade na gestão de riscos.

QUER SABER MAIS?

Acesse o link ➔

<https://red-habitat.org/capacitacion-en-reduccion-de-riesgos-a-desastres-en-la-unidad-educativa-juan-pablo-ii/>



PRODUTO 3

RELATÓRIO FINAL DO PCRA

O produto refere-se aos módulos 3 e 4. O relatório, com limite de até 80 páginas, deverá ser entregue até o **décimo segundo mês** de execução do PCRA e apresentar:

A. Plano da ação local para intervenções de menor complexidade

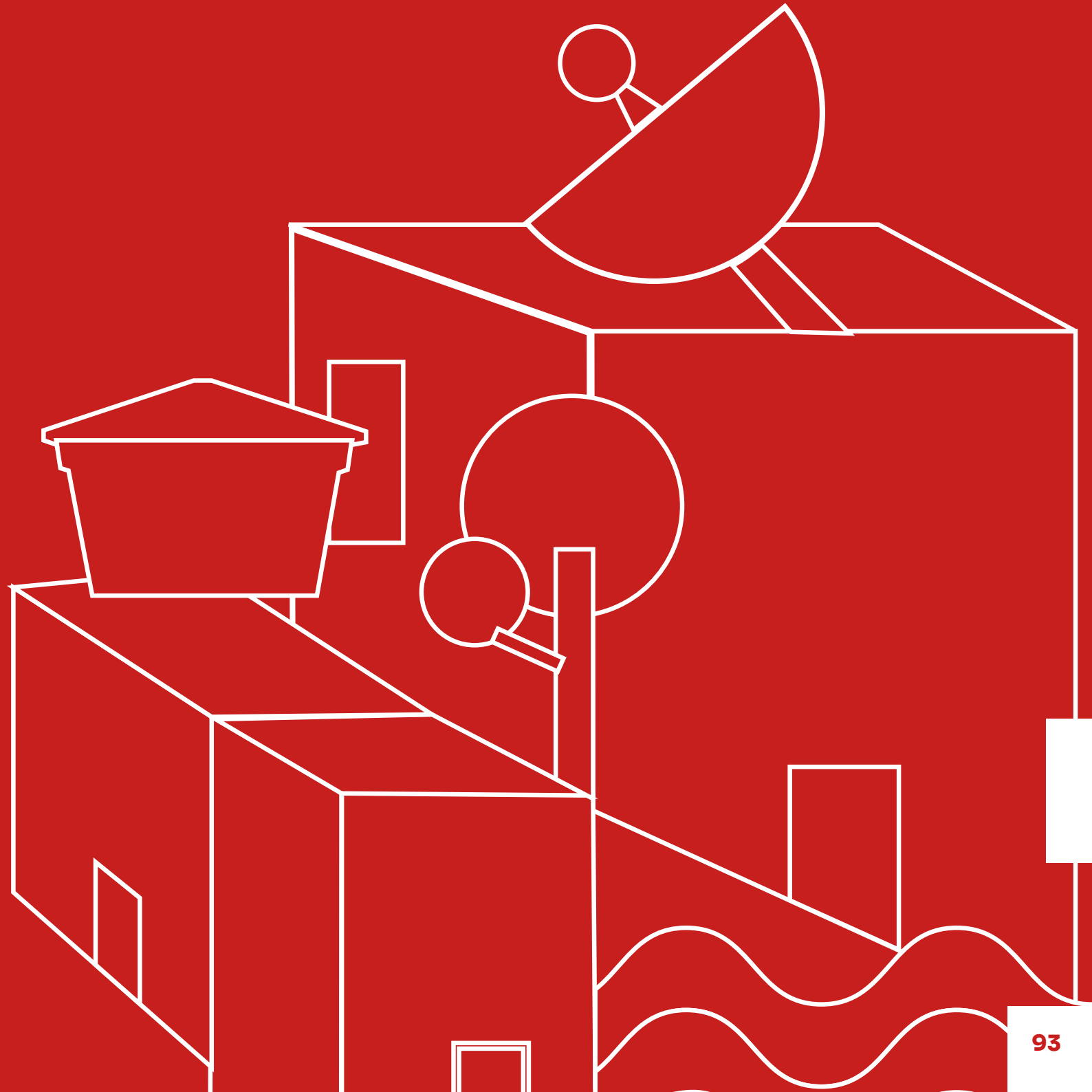
Descrição dos conteúdos planejados, objetivos e estratégias de implementação das oficinas sociotécnicas. Deverá também conter a memória das atividades realizadas,

com registros como vídeos, linha do tempo, fotografias e materiais de comunicação popular, de modo a refletir as ações executadas ao longo da implementação do PCRA.

B. Plano Local de Reivindicações para obras de maior complexidade e custo

No relatório final, a equipe PCRA deve se atentar em:

- **Detalhar como foi construído um acervo de propostas de intervenções adaptativas para os riscos identificados em conjunto com a comunidade**
- **Descrever como foi organizado o plano de ação local, considerando intervenções de menor e maior complexidade e custo**
- **Descrever como foram identificadas as necessidades da comunidade e elaborado o planejamento das oficinas sociotécnicas**
- **Apresentar os resultados gerados com a execução do PCRA**
- **Descrever como o PCRA pode ser um instrumento de reivindicações para melhorias na comunidade**





MÓDULO 5

Encerramento do PCRA

Este módulo marca o encerramento do ciclo do PCRA e a elaboração de propostas de medidas estruturais e não estruturais que permitam a continuidade das ações iniciadas

Objetivo 5.1

Elaborar os produtos finais do PCRA

ATIVIDADES RECOMENDADAS

5.1.A - Oficinas para priorização de intervenções de maior complexidade e outras orientações para o Plano Local de Reivindicações

5.1.B - Sistematização do Plano Local de Reivindicações

5.1.C - Elaboração e diagramação do Resumo Popular do PCRA

pelo plano. Além disso, evidencia a importância de organizações comunitárias perenes no enfrentamento ao risco e às mudanças climáticas em territórios periféricos.

Durante a execução dos módulos do PCRA, foi possível identificar aprendizados, consolidar práticas e propor estratégias que fortaleçam a capacidade comunitária de enfrentamento ao risco e adaptação às mudanças climáticas em seu território. Esse acúmulo deve ser registrado nos produtos do plano, especialmente nos produtos finais e no resumo popular, servindo ainda como documento de orientação e instrumento de reivindicação para medidas de maior complexidade.

ATIVIDADE 5.1.A

OFICINAS PARA PRIORIZAÇÃO DE INTERVENÇÕES DE MAIOR COMPLEXIDADE E OUTRAS ORIENTAÇÕES PARA O PLANO LOCAL DE REIVINDICAÇÕES

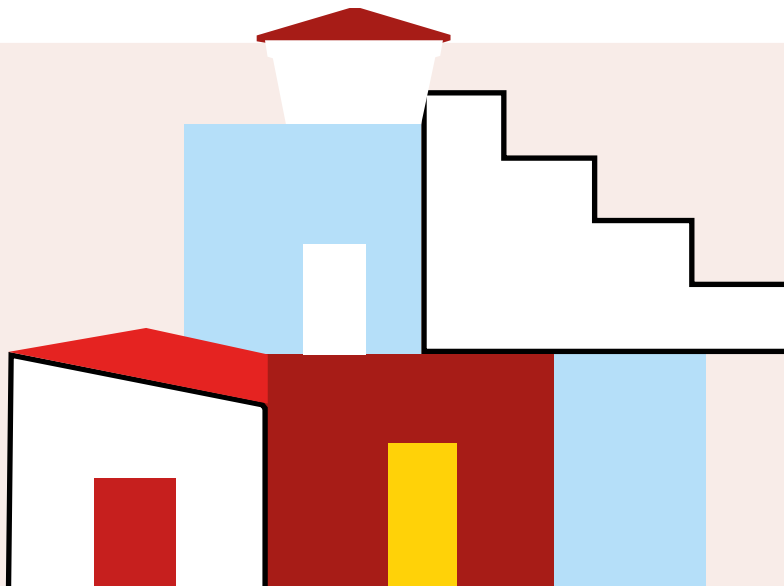
O PCRA pode atuar como instrumento de apoio ao Plano Local de Reivindicações da população, especialmente em relação a intervenções de maior complexidade e custo. As oficinas com os moradores e demais atores locais devem incluir, inicialmente, momentos de reflexão sobre como a incompletude da infraestrutura e dos serviços públicos agrava os riscos na comunidade, bem como sobre o papel estratégico do avanço do processo de urbanização na adaptação às mudanças climáticas.

Espera-se que, a partir do trabalho desenvolvido nos módulos do PCRA, a comunidade possa construir uma visão de como a periferia poderá se configurar ao final de um ciclo de intervenções mais complexas.

O mapeamento de atores institucionais, elaborado no início do PCRA, deve ser atualizado, incorporando novos contatos e fortalecendo as relações existentes.

Destaca-se a importância desse processo para identificar possíveis parceiros, além de órgãos e instituições responsáveis pela implementação das medidas de maior complexidade do Plano Local de Reivindicações.

Assim, estas oficinas visam orientar o processo de reivindicação da comunidade, respondendo às questões centrais: **o que reivindicar, a quem reivindicar e como reivindicar.**



ATIVIDADE 5.1.B SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO LOCAL DE REIVINDICAÇÕES

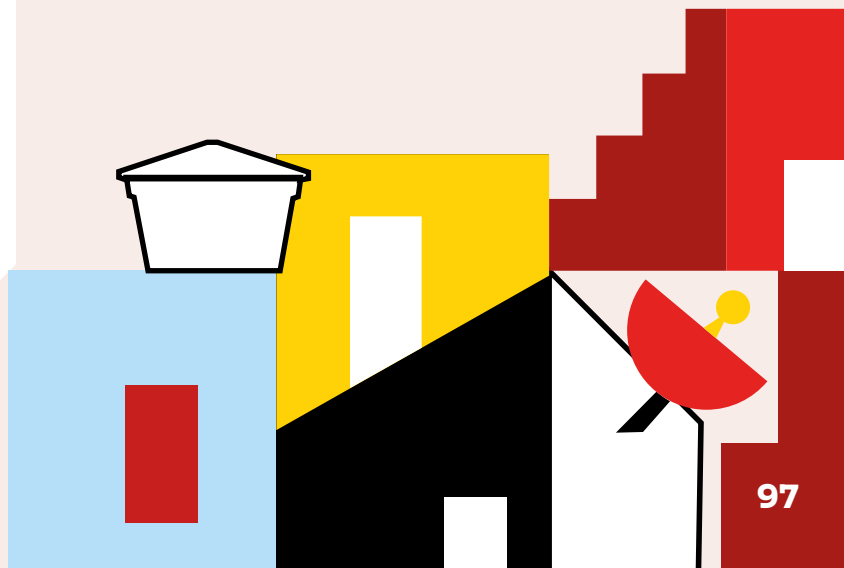
Para que a comunidade saiba como reivindicar, é fundamental que as demandas sejam sistematizadas pela equipe PCRA e apresentadas em linguagem simples, didática e sintética, de modo que sejam compreendidas pela população e, ao mesmo tempo, objetivas para se transformarem em uma pauta de luta.

Com o intuito de facilitar a compreensão e estimular o engajamento, recomenda-se a realização de um trabalho de escritório voltado à produção de materiais visuais como croquis, imagens em 3D e plantas ilustrativas. Esses materiais devem compor o produto final de divulgação à comunidade, funcionando também como ferramentas de apoio à mobilização popular em defesa da implementação das obras.

É desejável adotar formatos de apresentação que permitam a utilização das propostas em editais públicos, chamamentos ou outras oportunidades de financiamento, ampliando a capacidade da comunidade de captar recursos para viabilizar as intervenções.

ATIVIDADE 5.1.C ELABORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DO RESUMO POPULAR DO PCRA

O resumo popular reúne os principais destaques das atividades, ações, entregas e elementos-chave de todos os módulos desenvolvidos durante a elaboração do PCRA. É fundamental que a comunidade se reconheça nesse processo. Este material tem como objetivo comunicar e divulgar amplamente os resultados no território. O documento deve adotar uma linguagem simples, incorporando recursos visuais como mapas, ilustrações, fotografias, linhas do tempo, entre outros elementos que favoreçam a comunicação.



Objetivo 5.2

Lançar o Núcleo Territorial de Adaptação Climática e divulgar os resultados do PCRA

ATIVIDADES RECOMENDADAS

5.2.A - Oficina para estabelecer a dinâmica de funcionamento do NUTAC: membros, acordos, atividades periódicas e execução do Plano Local de Reivindicações

5.2.B - Realização do evento de encerramento: Lançamento do NUTAC, do Resumo Popular, do Plano Local de Reivindicações e certificação dos agentes territoriais

Este objetivo busca consolidar os resultados do PCRA por meio do lançamento do Núcleo Territorial de Adaptação Climática (NUTAC) e da divulgação das informações produzidas. O NUTAC funcionará como uma organização de articulação e apoio à comunidade, reunindo conhecimentos técnicos e experiências locais para orientar ações de prevenção, mitigação e adaptação aos riscos identificados.

ATIVIDADE 5.2.A

OFICINA PARA ESTABELECER A DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO NUTAC: MEMBROS, ACORDOS, ATIVIDADES PERIÓDICAS E EXECUÇÃO DO PLANO LOCAL DE REIVINDICAÇÕES

Esta atividade consiste na realização de uma oficina dedicada à definição da dinâmica de funcionamento do NUTAC. A oficina terá como objetivo, de forma participativa, estabelecer a composição do núcleo, os critérios de adesão e os acordos de participação, além de definir responsabilidades entre os membros. Também serão discutidos a periodicidade das reuniões e o planejamento estratégico de atuação, de modo a orientar as ações do NUTAC e fortalecer seu papel como espaço de articulação comunitária para a adaptação climática.

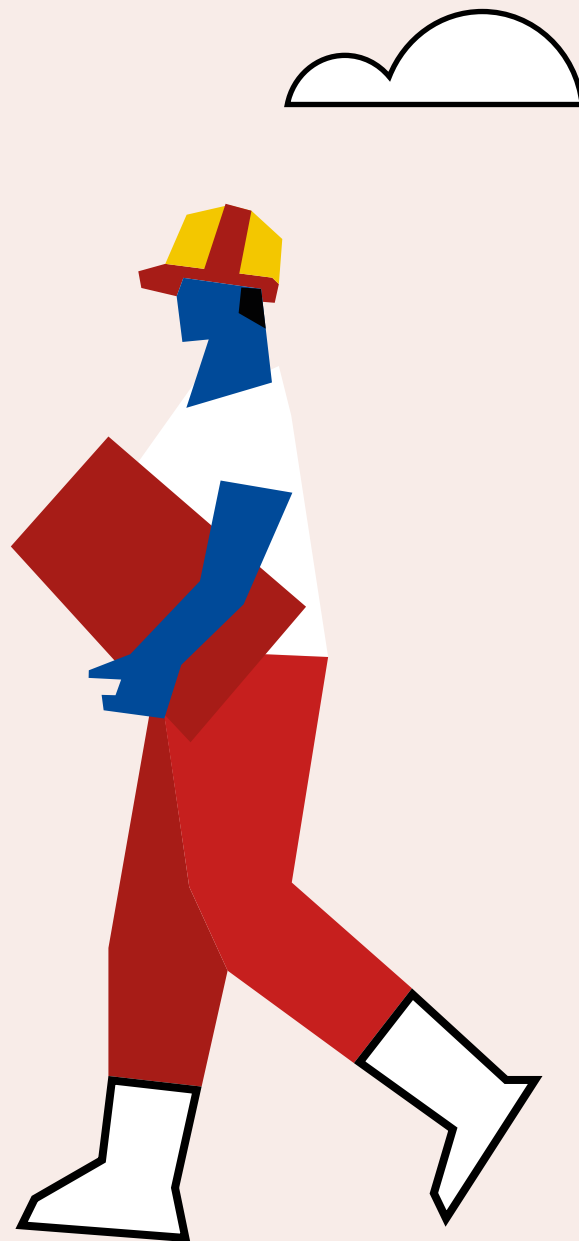
Além disso, a oficina será dedicada a estruturar os procedimentos de execução e monitoramento do Plano Local de Reivindicações, assegurando que as ações propostas pelo PCRA sejam conduzidas de forma coordenada, contínua e em sintonia com as prioridades da comunidade.

ATIVIDADE 5.2.B
REALIZAÇÃO DO EVENTO DE
ENCERRAMENTO: LANÇAMENTO DO
NUTAC, DO RESUMO POPULAR, DO
PLANO LOCAL DE REIVINDICAÇÕES
E CERTIFICAÇÃO DOS AGENTES
TERRITORIAIS

O evento de encerramento marca a conclusão do PCRA, configurando-se como um momento de celebração e de ampla visibilidade para as ações realizadas no território. A atividade consiste no lançamento do NUTAC e na apresentação do Resumo Popular e do Plano Local de Reivindicações. Enquanto o NUTAC se estabelece como organização comunitária de articulação e orientação para a gestão de riscos, o Resumo Popular traduz as informações técnicas em linguagem simples, permitindo amplo acesso às recomendações do PCRA.

Além disso, marca também o momento de certificação dos agentes territoriais, reconhecendo formalmente a atuação destes na elaboração do plano e no monitoramento das ações, reforçando a legitimidade comunitária.

Dessa forma, o evento cumpre funções tanto simbólicas quanto práticas, consolidando os resultados alcançados e incentivando a continuidade das iniciativas de prevenção e mitigação dos riscos e adaptação climática.







EXPERIÊNCIA
INSPIRADORA

PCRA Comunidade da Baracela

📍 SÃO PAULO

Esta experiência reúne registros das vivências na comunidade da Baracela, incluindo a assembleia final para entrega dos produtos à comunidade, a elaboração de um resumo popular, a criação de CEPs para ruas que não possuíam e a definição dos próximos passos para a reivindicação de melhorias locais.

QUER SABER MAIS?

Acesse o link ↗

<https://interativo-mapadasperiferias.cidades.gov.br/nos-perifericos/oportunidades/caderno-popular-baracela>





PRODUTO 4

RESUMO POPULAR DO PCRA

O produto refere-se a uma síntese dos principais destaques dos sete módulos. O Resumo Popular, com limite de até 60 páginas, deverá ser entregue no décimo segundo mês de execução do PCRA e apresentar uma síntese das principais atividades, ações, entregas e elementos-chave desenvolvidos ao longo do processo de elaboração do plano. O documento deve utilizar linguagem simples, clara e acessível à comunidade.

É fundamental o uso de recursos visuais, como mapas, ilustrações, fotografias, linha do tempo e outros recursos de comunicação. O material deve também destacar os principais resultados, aprendizados e estratégias construídas coletivamente, valorizando o protagonismo comunitário,

os desafios enfrentados e as potencialidades identificadas ao longo do processo. Como exemplo, é desejável que o documento inclua:

- **Principais características do território e histórico de ocupação**
- **O processo de mobilização da comunidade**
- **A percepção dos moradores sobre os riscos vivenciados no território**
- **Os principais impactos e ameaças da comunidade frente aos riscos**
- **Ênfase nos principais resultados do PCRA: como exemplo, as oficinas sociotécnicas e ações táticas realizadas**
- **Após o plano realizado, quais são os caminhos para ação comunitária**

O material tem como finalidade a comunicação e ampla divulgação dos resultados do PCRA no território. Seu conteúdo **precisa ser construído de forma colaborativa** entre os moradores e a equipe PCRA, de modo que a comunidade **possa se reconhecer** tanto no processo quanto nos resultados apresentados.







CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DOS PCRA



Este guia apresenta alguns princípios orientadores dessa nova política pública que está sendo construída à medida que se implementa. Ainda há muito pouco acúmulo de experiências na tão diversa realidade dos territórios periféricos brasileiros sobre coprodução de conhecimento que oriente a governança comunitária sobre ações, reivindicações e intervenções preventivas, antecipatórias e adaptativas frente aos impactos da crise climática. Cada PCRA ou experiência similar ajudará a construir uma metodologia mais consistente e democrática. Por isso, as atividades sugeridas podem e devem ser modificadas e adequadas a cada realidade territorial específica.

O aumento de riscos socioambientais urbanos e desastres ligados à emergência climática traz novos desafios à ciência, à sociedade e à gestão pública. Enfrentar esses desafios demanda inovações profundas na forma de produzir e disseminar conhecimento, e na forma de decidir medidas que sejam orientadas para a prevenção e antecipação.

A leitura territorial recomendada neste guia deve considerar múltiplos riscos, podendo apresentar especificidades, diversidade de ameaças e interações entre eles. Mesmo com apoio técnico, é essencial construir com a comunidade formas de compreender os riscos, acompanhar sua evolução e perceber sinais de alerta. Esta formulação coletiva é muito importante para ações antecipatórias e sua condução precisa ser cuidadosamente planejada e preparada pela equipe. O PCRA deve se caracterizar, para todos, como um plano em que **todos aprendam uns com os outros**.

Os resultados do PCRA devem também contribuir para superar muitas deficiências das práticas consolidadas de gestão de riscos e desastres. O legado do PCRA resulta ainda do processo pedagógico das atividades participativas, do estímulo à solidariedade comunitária e da consolidação dos Núcleos Territoriais de Adaptação Climática (NUTAC).

A sustentabilidade do PCRA depende do protagonismo e da corresponsabilização comunitária, que vão se manifestar na organização do NUTAC. É a partir dessa articulação que se consolidará a capacidade da comunidade em manter as práticas preventivas e antecipatórias de proteção e a sua articulação com a coletividade dos moradores na busca por obras e serviços públicos que tragam soluções permanentes e qualifiquem a segurança do ambiente territorial. Essa construção local também faz parte de um movimento global de adaptação climática, liderado pelas comunidades. Nesse diálogo entre o local e o global, o legado dos PCRA ganha ainda mais força.



Materiais de apoio

Nos sites **Periferia Sem Risco** e **Nós Periféricos (mural de oportunidades)** estão disponíveis materiais de apoio e referências bibliográficas que podem subsidiar a execução dos PCRA.



- **Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática: Conceitos, Potencialidades e Perspectivas**



Resumos Populares dos PCRA:

- **Comunidade da Baracela**, Parque Novo Mundo, São Paulo
- **Favela Vira-Lata**, Complexo do Jaraguá, São Paulo
- **Vila Joaninha**, Diadema, São Paulo
- **Conjunto Muribeca**, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco
- **Sol Nascente, Trecho 2 e 3**, Brasília, Distrito Federal
- **Bairros, Mafrense, Olarias e Poti Velho**, Teresina, Piauí
- **Lote XV, Belford Roxo**, Rio de Janeiro





- Guia para Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR)



- Cartilha para ações comunitárias de redução de risco de desastres: deslizamento, inundação, enxurrada, alagamento, erosão.
- Mapeamento de risco em Perspectiva: aplicabilidade, limitações e caminhos futuros a partir da escuta ativa de diferentes atores-chaves.



- Soluções Baseadas na Natureza nas periferias: Avanços na regulamentação de uma nova política pública

Periferia
Viva



UNU
EHS



DEPARTAMENTO DE MITIGAÇÃO
E PREVENÇÃO DE RISCO

SECRETARIA NACIONAL DE
PERIFERIAS

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



APOIO



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



Periferia
Viva



DEPARTAMENTO DE MITIGAÇÃO
E PREVENÇÃO DE RISCO

SECRETARIA NACIONAL DE
PERIFERIAS

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



APOIO



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

